

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 21

CNN BRASIL ONLINE
ANFIP

Juros altos no Brasil podem custar até R\$ 182 bilhões a mais por ano aos país 4

ÚLTIMA HORA NEWS - ARACAJU - SE - NOTÍCIAS
ANFIP

Entenda a proposta de Reforma Tributária que será votada na Câmara 6

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira articula esforço para aprovar reforma tributária 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator do Carf propõe perdão de multa e juro a dívidas tributárias recuperáveis 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tarcísio reúne descontentes e vira fiel da balança na votação da reforma 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Texto do "novo" Carf extingue multas e juros 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma tributária 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf: relator volta com "voto de qualidade" a favor do Fisco 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relatório do Carf prevê "Refis" com condições especiais 21

RÁDIO CBN BRASÍLIA FM 95,3 - DF - CBN BRASÍLIA - MANHÃ
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prefeitos e governadores vão à Brasília para cobrar mais tempo de negociação sobre a reforma tributária 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Lei sobre igualdade salarial entre gêneros passa a vigorar 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governos e prefeituras se unem por mudanças 26

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária não é sinônimo de menos impostos (Artigo) 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo libera R\$ 465 mi em emendas alvo do centrão; AL é o mais beneficiado 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sob pressão de estados, Lira mede apoio à reforma tributária..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Calendário da Reforma tributária mobiliza frentes parlamentares na Câmara - COLUNA DO
ESTADÃO 34

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A hora da reforma tributária. (Editorial)..... 36

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal expôs atuação conjunta de presidente da Câmara e deputados do PT
..... 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após pressão de Tarcísio, relator deve rever órgão que centralizaria tributos..... 39

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Poucos no País pagam todos os impostos e alguns, nada"..... 41

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy nega aumento da carga para cesta básica..... 43

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Não é mais possível manter a guerra fiscal"..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira não fecha votação, mas garante "força total"..... 46

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prioridade do Mercosul é acordo com União Europeia (Editorial)..... 48

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Crescimento econômico nunca foi tão essencial - LUIZ SCHYMURA..... 49

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado aposta em inflação e juro menores..... 51

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

PAC que não é PAC (Editorial)..... 52

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Superávit da balança comercial no ano chega a US\$ 45,5 bi..... 53

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Cotado para comandar o BC, Galípolo é descrito como "heterodoxo light"..... 54

Terça-Feira, 4 de Julho de 2023

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Ministério da Fazenda deve elevar previsão do PIB do ano para 2,5% a 3%.....57

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado já vê inflação abaixo de 5% e corte maior na Selic em 2023.....59

Juros altos no Brasil podem custar até R\$ 182 bilhões a mais por ano aos país

Vinicius Pereira colaboração para a CNN

A manutenção da taxa básica de juros em 13,75% ao ano custa bilhões ao Brasil, que poderia utilizar o montante em setores que carecem de investimento.

Segundo dados do Banco Central (BC), a cada 1 ponto percentual na Selic mantido por 12 meses, o país gasta cerca de R\$ 43 bilhões a mais com a dívida bruta - que abrange o total dos passivos de responsabilidade do governo federal, além de estados e municípios.

Por isso, caso a Selic já fosse de 9,5% ao ano, conforme prevê projeção do Boletim Focus do BC para 2024, o Brasil iria economizar cerca de R\$ 182 bilhões ao ano só com o pagamento de juros da dívida, uma conta que desconsidera o impacto da inflação e câmbio.

É por meio da dívida contraída pelo Tesouro Nacional por meio da emissão de títulos públicos que o governo consegue financiar o déficit orçamentário.

Nele conta o refinanciamento da própria dívida, bem como os débitos contraídos para realizar operações com finalidades específicas, como investimentos em infraestrutura, gastos com a Previdência, repasses a estados e municípios, entre outros.

De acordo com Felipe Salto, economista-chefe da Warren, o gasto é reflexo de um percentual elevado da dívida pública indexada diretamente à própria Selic.

No mês passado, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que um terço da dívida pública, que chegou a R\$ 5,9 trilhões em maio, está atrelado à Selic.

Além do impacto direto, o economista da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Flávio Tonelli Vaz, destaca que o custo dos juros vai além e avança em tamanho quando comparado a tudo que o Brasil produz.

"Entre 2018 e 2020, os juros nominais de dívida ficaram em média em R\$ 353 bilhões, segundo dados do BC. Em 2021, quando a Selic começou a subir, a conta de juros passou para R\$ 448 bilhões. Já em 2022, com os juros em 13,75%, já foi R\$ 586 bilhões",

afirmou.

"Em termos de PIB, no primeiro triênio ele representou 4,83% do PIB, passando para 5% no ano seguinte e para 6% do PIB no ano passado. Então os juros impactam muito mais do que somente os títulos que estão indexados na Selic".

Por isso, de acordo com Felipe Salto, uma redução da Selic traria um alívio considerável nas contas públicas, permitindo que o governo controlasse melhor o Orçamento e contribuindo para o cenário econômico.

"Além do efeito direto sobre o gasto com juro, há ainda os efeitos ao longo do tempo no sentido de facilitar o equilíbrio da dívida em relação ao PIB, porque, com juros menores, a dívida cresce com menos força e, com uma mesma taxa de crescimento econômico prevista para a economia, fica mais fácil estabilizar a relação dívida/PIB", disse.

Em junho, o BC divulgou que o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 50,2 bilhões em maio, ante déficit de R\$ 33 bilhões no mesmo mês de 2022.

Os dados englobam as contas do governo federal, estados e municípios e empresas estatais - exceto Petrobras, Eletrobras e bancos.

A dívida líquida do setor público chegou a 57,8% do PIB, ou R\$ 5,9 trilhões, em maio, alta de 0,8 ponto do PIB no mês.

Já a dívida bruta - que compreende governo federal, INSS e governos estaduais e municipais - atingiu 73,6% do PIB, ou R\$ 7,6 trilhões, com elevação de 0,7 ponto em relação ao mês anterior.

Para Rafaela Vitória, economista-chefe do Inter, o resultado das contas públicas divulgado em junho mostra um cenário desafiador para o governo.

"O resultado fiscal segue desafiador para o governo. Sem crescimento adicional de receitas no segundo semestre, o déficit em 2023 deve ficar próximo de 1% do PIB e as despesas com juros devem ultrapassar R\$ 700 bilhões, levando a dívida bruta a 75% do PIB, mesmo com o crescimento maior da economia", disse.

Leia Mais

Segundo ela, um ajuste fiscal mais rápido pode fazer com que a Selic finalmente caia e, assim, reduzir as despesas com juros das contas.

"Por outro lado, um ajuste fiscal mais célere e com maior credibilidade, pode reduzir a percepção de risco do mercado, e resultar em importante queda dos juros e conseqüentemente das despesas nominais, contribuindo para reduzir o crescimento da dívida pública projetado pelo mercado para os próximos anos", completou.

De acordo com Maria Lucia Fattorelli, coordenadora da entidade Auditoria Cidadã da Dívida, o crescimento da dívida pública baseado na alta dos juros é um problema.

Para a especialista, o movimento tem crescido e servido apenas para "alimentar os mecanismos financeiros que geram dívida sem contrapartida, em especial os elevadíssimos juros sobre os juros da própria dívida, sem limite".

"O mais grave é que não existe teto, limite ou controle algum para esse gasto com juros da dívida pública, tendo em vista que, se os recursos disponíveis no Orçamento ou na conta única do Tesouro não forem suficientes para esse pagamento, o governo emite mais títulos públicos e paga, aumentando continuamente o estoque da dívida pública, sobre o qual, no mês seguinte, incidirá mais juros em cascata", afirmou.

Notícias Relacionadas:

PORTAL GILBERTO SILVA

Juros altos no Brasil podem custar até R\$ 182 bilhões a mais por ano aos pais

JORNAL FLORIPA - SC

Juros altos no Brasil podem custar até R\$ 182 bilhões a mais por ano aos pais

Site: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/juros-altos-no-brasil-podem-custar-ate-r-182-bilhoes-a-mais-por-ano-aos-pais/>

Entenda a proposta de Reforma Tributária que será votada na Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou na segunda-feira (3) um esforço concentrado da Casa para votação de projetos apoiados pela área econômica do governo. A iniciativa faz parte de um acordo fechado entre Lira e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e prevê a análise da tão falada **Reforma Tributária**.

A intenção de deputados federais é votar a reforma antes do recesso parlamentar, programado para começar no próximo dia 17. Em busca de tal objetivo, reuniões de comissões e sessões solenes da Câmara foram canceladas. O projeto da reforma foi incluído, inclusive, na pauta do plenário da Casa já na segunda.

A proposta que vai a votação é de 2019. Prevê, basicamente, a unificação de **impostos** para simplificação do sistema tributário nacional.

:: **Reforma tributária**: mudar **impostos** sobre consumo vira foco do semestre para governo e Congresso ::

Essa ideia está no relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) sobre a proposta. É o documento que, no final das contas, será votado na Câmara.

Que reforma é essa?

A **reforma tributária** prevê mudanças principalmente em **impostos** sobre consumo. Confira abaixo:

Sistema de tributação

Eliminação de **impostos** - A proposta quer a substituição do IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS por uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que será gerida pela União, e um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), gerido pelos estados e municípios.

Imposto seletivo - Também será criado uma espécie de sobretaxa sobre produtos e serviços que prejudiquem a saúde ou o meio ambiente, como cigarro, por exemplo.

Alíquotas - Haverá uma alíquota padrão, uma reduzida em 50% e uma alíquota zero. Os percentuais serão discutidos em lei complementar.

Alíquota reduzida - Transporte público, serviços de

saúde, serviços de educação, produtos agropecuários, cesta básica, atividades artísticas e culturais e parte dos medicamentos terão imposto com alíquota reduzida.

Alíquota zero - para medicamentos, Prouni, produtor rural pessoa física.

Exceções - A Zona Franca de Manaus e o Simples manteriam suas regras atuais. E alguns setores teriam regimes fiscais específicos: operações com bens imóveis, serviços financeiros, seguros, cooperativas, combustíveis e lubrificantes, planos de saúde.

Correção de Desequilíbrios

Cashback - A proposta prevê a devolução de parte do imposto pago à população de baixa renda. Mas o funcionamento do mecanismo ficará para a lei complementar.

Fundo de Desenvolvimento Regional - para compensar o fim da guerra fiscal, será criado um fundo com recursos da União para promover regiões menos desenvolvidas. Seriam R\$ 40 bilhões por ano a partir de 2033.

Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais - Os benefícios já concedidos pelos estados seriam garantidos até 2032 pelo fundo, com recursos da União. No seu ponto máximo, em 2028, teria recursos de R\$ 32 bilhões.

Transição federativa - Será feita uma transição de 50 anos, entre 2029 e 2078, para manter a arrecadação da União, estados e municípios. Sem a transição, estados e municípios "produtores" seriam prejudicados com a cobrança do IBS no local de consumo.

Transição dos **tributos** - Apesar de serem feitos modelos, a arrecadação dos novos **tributos** não é conhecida. Então, essa transição, de oito anos, terá o objetivo de calibrar as alíquotas de forma a manter a carga tributária.

Imposto sobre patrimônio

IPVA - Será cobrado também sobre veículos aquáticos e terrestres. Será menor para veículos de menor impacto ambiental.

IPTU - Os municípios poderão mudar a base de cálculo do imposto por decreto, mas a partir de critérios estabelecidos em lei municipal.

ITCMD - A ideia é determinar a progressividade do imposto. Ou seja, alíquotas maiores para valores maiores de herança ou doação. Permite a cobrança de heranças no exterior.

Expectativas

O governo diz que a simplificação tributária contribuirá com a economia. O argumento tem sido repetido pelo secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

Appy é um dos grandes estudiosos sobre o tema e trabalhou na elaboração da proposta que agora está em votação. Ele também já dirigiu o Centro de Cidadania Fiscal (CCiF).

:: 'Simplificação não é prioridade para uma **reforma tributária**', diz integrante do Justiça Fiscal ::

Um estudo do centro estimou que o Produto Interno Bruto (**PIB**) Nacional poderia crescer até 20% em 15 anos com a aprovação dessa reforma. O crescimento seria resultado do investimento do capital economizado por empresas com a simplificação.

Apostando no crescimento, setores empresariais apoiam a reforma. "Nós estamos lutando por uma simplificação tributária e pelo desenvolvimento do Brasil. O país precisa mudar, precisamos incentivar o desenvolvimento através de novos investimentos e de um crescimento econômico que privilegie as pessoas. Precisamos gerar emprego, renda e desenvolvimento", disse Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

:: **Reforma tributária**: saiba qual é a proposta do campo progressista ::

Por outro lado, confederações empresariais ligadas ao setor de serviços, transporte e comércio chegaram a divulgar manifestos conjuntos pedindo ajustes na reforma. Segundo as entidades, se prevalecesse uma ideia de alíquota única de **impostos**, poderia ocorrer, inclusive, um aumento de produtos da cesta básica -o ponto acabou alterado.

Efeitos colaterais

Marcelo Lettieri, diretor do Instituto Justiça Fiscal (IJF), disse que essa e outras alterações acabaram descaracterizando a proposta de **reforma tributária** que vai à votação. Segundo ele, a simplificação

idealizada é benéfica. Mas ele não será tão grande como a prometida.

"Embora haja a ideia de simplificação por conta da redução do número de **tributos**, essa reforma simplifica pouco", disse ele.

:: **Reforma tributária** antirracista: entenda proposta do movimento negro ::

Vilson Antonio Romero, presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip)**, também tem essa avaliação. Segundo ele, durante a discussão da reforma, uma série de exceções foram abertas para reduzir a tributação de determinados produtos e serviços. Se há setores pagando menos, outros setores precisam pagar mais para não comprometer o caixa do governo.

"Essa reforma que, no primeiro momento, visava desonerar e ser menos regressiva está onerando em demasia a classe média", afirmou. "Acima de tudo, com todas as exceções que estão sendo já criadas, me parece que ela não vai cumprir o objetivo que todos nós queremos: que haja uniformidade e o fim da guerra guerra fiscal."

Outros problemas

Marcello Fragano Baird, coordenador de relações políticas da organização ACT Promoção da Saúde, afirmou que a proposta de reforma abre a possibilidade para que alimentos não saudáveis tenham a tributação reduzida. Ao mesmo tempo, deve aumentar **impostos** sobre hortaliças e frutas, o que não é desejável.

:: Governo e Congresso escolhem caminho mais difícil e menos efetivo para **reforma tributária** ::

"A gente quer uma tributação reduzida para a cesta básica, mas que ela seja definida posteriormente e que tenha alimentos saudáveis, com o mínimo de processados", disse.

Lettieri, do IJF, ressaltou que essa reforma não trata da tributação de fortunas e de dividendos, o que alivia a taxaço sobre ricos. Para ele, uma mudança estrutural do sistema tributário nacional vai precisar mexer nisso.

"A busca da justiça tributária tem que ser com a reforma da tributação da renda e da riqueza. Isso vai ter resistências, mas eu acho que este é o momento", afirmou.

Caso a **Reforma tributária** aprovada na Câmara dos Deputados, ela ainda terá de ser analisada pelo

Senado antes de entrar em vigor.

*Com informações da Agência Câmara

Edição: Rodrigo Durão Coelho

Site: <https://ultimahoraneWS.com.br/entenda-a-proposta-de-reforma-tributaria-que-sera-votada-na-camara/>

Lira articula esforço para aprovar reforma tributária

Thiago Resende, Victória Azevedo e Nathalia Garcia, Rafaela Gonçalves

Apesar da resistência de governadores e prefeitos, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer esforço concentrado no plenário da Casa nesta semana para tentar aprovar a **reforma tributária** até sexta-feira. A ideia é concluir até essa data ao menos a primeira votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) do novo sistema de **tributos**.

Lira ainda vai avaliar se será possível concluir também a segunda votação na semana. Por ser uma PEC, a **reforma tributária** precisa passar por dois turnos de votação no plenário da Câmara dos Deputados - e depois segue para o Senado. "Vamos, primeiro, [tentar] o primeiro turno. Se der certo, poderemos avançar [para o segundo turno]", disse O presidente da Câmara.

Para acelerar as articulações, Lira reuniu líderes em Brasília no domingo à noite. Apesar do plano de colocar a reforma em votação nesta semana, o presidente da Câmara e o governo ainda agem nos bastidores para tentar reduzir as resistências à reformulação do sistema tributário no país. Segundo relatos, Lira pediu para que os líderes se reunissem com suas respectivas bancadas para identificar quais são as maiores resistências ao texto. Disse ainda que o relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), estará à disposição para dialogar com os parlamentares.

Lira suspendeu, durante esta semana, reuniões de comissões da Câmara, além das CPIs instaladas na Casa. Desde a última semana, Lira tem falado em um "esforço concentrado" para aprovar outras matérias consideradas prioritárias para o governo na área econômica. Deverão ser votados nesta semana o PL (projeto de lei) que trata da retomada do chamado voto de qualidade no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** e o novo arcabouço fiscal -que volta ao plenário da Câmara após ter sido aprovado, com mudanças, no Senado.

Ainda de acordo com parlamentares, líderes já estão contando votos para traçar um placar da votação da reforma. Nas palavras de um deputado familiarizado com as negociações, isso indica a vontade de Lira em aprovar a reforma. Como a Folha mostrou, o

presidente da Câmara tem se colocado como uma espécie de fiador da reforma e liderando reuniões para discutir os pontos de dissenso.

Lira prevê nesta semana mais conversas com governadores. No fim da semana passada, por exemplo, o presidente da Câmara se encontrou com o governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro (PL), após ele criticar o Conselho Federativo -um grupo previsto no texto da reforma e que será formado por estados e municípios para administrar a arrecadação de **tributos**.

O ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) afirmou ontem que o diálogo com governadores e prefeitos continua e que o governo Lula trabalhará junto aos líderes da Câmara para concluir a votação da **reforma tributária** até o fim desta semana. "Todo o esforço do governo tem sido no sentido de apoiar essa disposição do presidente da Câmara, do relator do grupo de trabalho, de votarmos [a **reforma tributária**] nesta semana", disse Padi-lha após a instalação da Comissão Temática de Assuntos Econômicos do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável, mais conhecido como "Conselhão".

Aguinaldo Ribeiro disse que a articulação com governadores servirá para mitigar dúvidas e construir uma solução para o debate. "A expectativa é que a partir dessa construção a gente possa ter de fato uma mobilização de todos, não só de Sul e Sudeste, mas também do Nordeste, do Norte, para que a gente possa de fato aprovar a reforma", declarou o deputado, aliado de Lira.

CONSELHÃO O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável, também chamado de "Conselhão", instalou comissão temática para tratar sobre assuntos econômicos. O objetivo da nova comissão é discutir temas relevantes e atuais para a economia do país e dialogar com diferentes grupos da sociedade sobre assuntos como a **reforma tributária** e a melhoria do ambiente de negócios.

A primeira reunião, na manhã de ontem, contou com a presença do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, além dos secretários de Política Econômica, Guilherme Mello, e da **reforma tributária**, Bernard Appy, que representaram o ministro da Fazenda Fernando Haddad, que cancelou todos os

compromissos previstos em sua agenda hoje, por conta do falecimento da mãe, Norma Theresa Haddad. Padilha destacou que o momento atual combina o encerramento do primeiro semestre e o início de uma semana intensa e decisiva no Congresso Nacional, com previsão para votações do PL do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, da nova regra fiscal, além da **reforma tributária**.

Recriado no início de maio, o Conselho é formado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pelos ministros do Desenvolvimento e das Relações Institucionais, Geraldo Alckmin e Alexandre Padilha, além de outros 246 conselheiros nomeados pelo governo. O objetivo do conselho é promover debates e subsidiar a formulação de políticas públicas.

Tarcísio apela a deputados por ajustes

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), se reuniu, na noite de domingo, em um jantar fechado com cerca de 30 deputados federais da base governista e da oposição para tratar da **reforma tributária**, pautada para ser votada nesta semana na Câmara dos Deputados. O encontro ocorreu no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista. O governador discursou durante aproximadamente 30 minutos e apresentou ao menos três sugestões de alterações no texto.

Tarcísio lidera o grupo de governadores que se opõe a criação do Conselho Federativo, colegiado que vai gerir o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), imposto a ser criado pela reforma para substituir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é um tributo estadual, e o Imposto sobre Serviços (ISS), tributo municipal. O governo teme perder autonomia na gestão dos recursos com o IBS.

O secretário da Fazenda e Planejamento, Samuel Kinoshita, também discursou durante a reunião. Ele defende a criação de uma câmara de compensação, pela qual os Estados compensariam uns aos outros ao fim do dia por operações que transbordam os limites de cada unidade da Federação. Em publicação nas redes sociais após o encontro, o deputado federal e presidente do MDB, Baleia Rossi, disse que deve levar adiante as contrapropostas do estado. "Foi uma ótima reunião. Ele [Tarcísio de Freitas] nos disse que apoia 90% do texto da **reforma tributária**, cuja base é a PEC que apresentei em 2019. Fez três sugestões que levarei ao relator Aguinaldo Ribeiro. Tenho certeza que vamos avançar", escreveu.

Tarcísio embarca na noite de hoje para Brasília e já disse estar disposto a permanecer na capital federal "o quanto for necessário" para articular mudanças no texto. Além de reforçar as reivindicações com a

bancada paulista, o governador deve participar de um encontro do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) e uma reunião com a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) com representantes dos municípios, para debater as alterações nos **impostos**.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/04/07/2023/p1>

Relator do Carf propõe perdão de multa e juro a dívidas tributárias recuperáveis

Lucas Marchesini e Victoria Azevedo

O relator do projeto de lei que altera as regras do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, deputado federal Beto Pereira (PSDB-MS), inseriu no texto a possibilidade de devedores de **impostos** terem desconto em multas e juros mesmo que os débitos sejam classificados como recuperáveis pela Fazenda.

O texto abre caminho para uma ampliação significativa da chamada transação tributária, cuja lei foi sancionada em 2020 para negociação de débitos irrecuperáveis ou de difícil recuperação. Os valores a serem transacionados também precisam hoje estar em litígio.

Caso a mudança proposta pelo deputado vá adiante, dívidas recuperáveis e que não estejam em fase de litígio podem receber o alívio. A proposta gerou desconforto entre técnicos do governo, que veem uma nova renúncia de arrecadação e um drible na Lei de Responsabilidade Fiscal -que, em seu artigo 14, estabelece condições para benefícios que reduzem receitas (como compensação orçamentária).

O texto modifica a lei da transação tributária, que prevê descontos em multas, juros e encargos legais para casos em que a Fazenda dificilmente obteria os valores devidos. O deputado adiciona um trecho dizendo que a transação pode ser feita, alternativamente, para "valores que sejam quitados à vista".

Pereira negou que tenha criado uma espécie de Refis (programa de refinanciamento de dívidas, iniciativa que costuma ser criticada por dar vantagens para quem não paga **impostos** em dia).

"O contribuinte leva à Receita o débito que ainda não foi autuado e ganha com isso a possibilidade de ter um parcelamento daquilo que ainda não havia sido lançado à Receita", afirmou.

"Portanto, vai haver com isso a possibilidade de trazer, à luz do Direito, débitos que não foram lançados pela **Receita Federal**. Isso não é um Refis, porque o débito não está lançado, não existe autuação desse débito, ele inexistente ainda para a **Receita Federal**"

Quando lhe foi perguntado se essa mudança estava

acordada com a Fazenda, o relator afirmou que a pasta se "pronunciou de forma favorável com relação a sua concepção", mas que pode existir "algum detalhe que o ministério possa contestar".

O relatório do projeto que muda regras de funcionamento do **Carf** foi apresentado nesta segunda (3). O **Carf** é um tribunal administrativo que julga disputas bilionárias entre União e contribuintes sobre o pagamento de **impostos**.

A previsão inicial era que o projeto fosse votado ainda nesta segunda, mas o relatório foi apresentado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), somente no domingo (2) e para a equipe econômica no dia seguinte.

Outra mudança no texto, que deve ser votado no plenário da Câmara dos Deputados nesta terça (4), envolve o chamado voto de qualidade. O projeto prevê condicionantes para a volta do mecanismo -que determina que, em caso de empate nas votações, cabe ao presidente do colegiado (indicado pelo Ministério da Fazenda) o poder de decisão sobre o caso.

Segundo a proposta apresentada, multas e juros serão zeradas.

"Nossa posição é a de que, nos casos de empate nos julgamentos realizados pelo **Carf**, a Fazenda Pública deve dispor do voto de qualidade. Contudo, o crédito tributário constituído sob tal condição deve receber um tratamento especial e favorecido", diz o deputado no relatório.

O relator da matéria usou como base o acordo feito em fevereiro entre Fazenda, Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas) e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) livrando contribuintes de multas e com descontos nos juros em caso de empate no julgamento do **Carf**.

O projeto enfrentou resistências duras do Congresso até chegar ao relatório apresentado hoje. O ministro Fernando Haddad (Fazenda) teve que negociar um meio-termo e, depois, transformar a MP (medida provisória) em projeto de lei para atender um desejo da Câmara e ver o texto avançar.

O próprio Haddad dialogou diretamente com o setor privado, com congressistas, com o relator da matéria, Pereira, e com o presidente da Casa, Lira, para negociar a matéria.

O projeto é um dos principais itens do pacote de ajuste fiscal apresentado por Haddad em janeiro para tentar reequilibrar as contas públicas, que vão retornar ao terreno negativo em 2023 após a expansão de despesas articulada

durante a transição de governo. O ministro também precisa gerar receitas para compensar a liberação de mais gastos proporcionada pelo novo arcabouço fiscal.

O voto de qualidade foi derrubado em 2020 pelo Congresso, ampliando as perdas da União no tribunal-que já servia como instrumento de manobra de grandes empresas para adiar por anos o recolhimento de **tributos**.

Outra mudança envolveu o valor mínimo em disputa para que o contribuinte possa recorrer ao **Carf**. O piso é hoje de 60 salários mínimos (R\$ 79,2 mil) e o projeto de Haddad subia esse limite para mil salários mínimos (R\$ 1,32 milhão). O relator, no entanto, rejeitou a mudança proposta por Haddad, fixando em 60 salários mínimos.

A avaliação majoritária da Câmara é a de que a mudança proposta pela Fazenda limitava a capacidade de contribuintes de questionarem as infrações lançadas pela **Receita Federal**.

Ao ser questionado se essa medida não poderia diminuir a eficácia na arrecadação do governo federal, o relator afirmou que o Legislativo tem uma atribuição "que é justamente mediar".

"Não estamos aqui aperfeiçoando a relação do contribuinte do fisco com o objetivo arrecadatário. Estamos buscando um texto médio que possa dar equilíbrio e garantir, em todas as decisões do **Carf**, isenção e modulação."

A Casa também reviu a chamada "classificação de conformidade", iniciativa incluída no projeto e que autoriza a Receita a deixar de punir contribuintes que tenham uma espécie de selo de bom pagador de **tributos** caso eles deixem de cumprir momentaneamente alguma obrigação junto ao fisco.

A ideia do governo é que o conceito de conformidade seja baseado em critérios como regularidade do cadastro e do recolhimento dos **tributos**, exatidão das informações prestadas, entre outros itens definidos pela Receita.

O relator do projeto mudou a redação e estabeleceu que a classificação considerará também critérios como "a compatibilidade entre as escriturações e declarações e os atos praticados pelo contribuinte, além de outros definidos pela **Receita Federal**". Seu objetivo era deixar mais nítidos os critérios para definir quem é um bom pagador.

Inicialmente, o texto havia sido enviado ao Legislativo como uma MR mas, diante da contrariedade de Lira com o rito da tramitação das MPs e sob risco de perda de validade, a matéria foi transformada em um projeto de lei com regime de urgência.

Até maio, o **Carf** julgou 578 casos dos quais 264 terminaram empatados, necessitando o voto de qualidade, informou o Ministério da Fazenda. Os casos que utilizaram o mecanismo têm um valor somado de R\$ 24,8 bilhões.

O relatório determina que será aplicada a mesma regra que valerá daqui para a frente em todas as decisões tomadas com o voto de qualidade durante a vigência da MR. Em caso de mudança na composição do colegiado que tomou a decisão, o julgamento será anulado e um novo será realizado.

O relator também atendeu um pedido da **Receita Federal**, ampliando os poderes do fisco em acordos com devedores interessados em quitar débitos, processo chamado de transação tributária -avançando sobre um terreno que hoje é da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional). A PGFN era contra a medida.

Como a Folha mostrou, os representantes da Receita agiram à revelia de Haddad, que já havia pedido internamente aos órgãos que deixassem a questão de lado para não contaminar o projeto.

"A realização de ajustes pontuais na legislação relativa à transação, em especial a inclusão da possibilidade de que ela abranja a cobrança dos débitos administrados pela **Receita Federal** ainda não inscritos em dívida ativa", diz trecho do relatório.

Questionado sobre esse impasse, Pereira afirmou que não irá arbitrar "essas particularidades de cada uma das corporações".

Como o **Carf** é uma instância administrativa, é comum que suas decisões sejam questionadas no Judiciário. Em caso de mudança de composição, a decisão será anulada e um novo julgamento será realizado.

A Câmara precisava votar o projeto nesta terça porque o texto está trancando a pauta de votações desde o dia 21 -dessa forma, nenhum outro projeto de lei

poderia ser apreciado em plenário. A Constituição determina que projetos enviados pelo presidente com urgência sejam deliberados em até 45 dias em cada uma das Casas do Congresso.

Esta será uma semana decisiva para os projetos econômicos considerados prioritários pelo governo federal. Também deverão ser votados o novo arcabouço fiscal, que voltou à Câmara com mudanças propostas por senadores, e a **reforma tributária**. O objetivo de Lira é que todas essas matérias sejam apreciadas na Casa ainda neste primeiro semestre e antes do recesso parlamentar.

Vai haver a possibilidade de trazer, à luz do Direito, débitos não foram lançados pela **Receita Federal**. Isso não é um Refis, porque o débito não está lançado, não existe autuação desse débito, ele inexistente ainda para a **Receita Federal**

Beto Pereira (PSDB-MS) relator do projeto de lei que altera as regras do **Carf**

Entenda o **Carf** O que é?

Tribunal administrativo que decide em segunda e terceira instâncias disputas entre governo e contribuintes sobre pagamentos de **impostos**

O que é o voto de qualidade?

Poder de um representante do governo decidir o julgamento (a favor ou contra o contribuinte) em caso de empate

O que foi feito em 2020?

Foi extinto o voto de qualidade, fazendo com que empates automaticamente dessem ganho de causa aos contribuintes. O governo fala em uma perda anual de R\$ 59 bilhões com a medida

O que o governo Lula decidiu em janeiro?

O governo enviou ao Congresso uma MP (medida provisória) recriando o voto de qualidade, com efeito imediato. A iniciativa precisaria receber aval do Congresso dentro de quatro meses para não perder validade. Depois, a MP foi transformada em projeto de lei

O que o governo negociou depois disso?

O Ministério da Fazenda e representantes das empresas chegaram a um meio-termo com uma espécie de "regulamentação" do voto de qualidade: em caso de empate, permaneceria a cobrança do valor principal do débito, mas são cortadas multas e

juros (desde que a dívida seja quitada ainda em âmbito administrativo)

Qual a situação no Congresso?

Precisa ser votado pela Câmara e, depois, segue para o Senado

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50327&maxTouch=0&anchor=6479735&pd=6bd7e86891d5ecd26b3ca1d46a117103>

Tarcísio reúne descontentes e vira fiel da balança na votação da reforma

MARIANA CARNEIRO ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), se transformou no fiel da balança das negociações da **reforma tributária**, ao tomar para si a tarefa de formular propostas que podem alterar o texto do relator na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Nesse esforço, Tarcísio conta com o apoio de setores econômicos críticos à mudança, como o de serviços, e também de governadores de peso eleitoral como o de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e do Rio, Cláudio Castro (PL).

Na semana passada, representantes do setor de serviços estiveram com Tarcísio e saíram do encontro convencidos de que o governador ajudará a atrasar a votação, apesar da pressão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sobre os líderes partidários.

Com 70 integrantes, os deputados paulistas formam a maior bancada na Casa.

O governador desembarca hoje em Brasília para acompanhar a reta final das negociações. No sábado passado, ele já havia se reunido por quatro horas com Ribeiro. O desejo de Lira e do governo é de votar o texto ainda nesta semana na Câmara, pelo menos em 1.º turno, com a retomada da votação em agosto, depois do recesso parlamentar.

Para isso, no entanto, os deputados ainda precisam avaliar o projeto que retoma o chamado voto de qualidade no **Carf** (o conselho de recursos da Receita), que trava hoje a pauta de votações (mais informações na pág. B6).

Ainda que tenha apresentado uma série de mudanças, Tarcísio assumiu uma posição distinta da de Ronaldo Caiado (União), de Goiás, que desde a semana passada disse ser contrário à reforma. Os aliados do governador de São Paulo dizem que ele não deverá se posicionar contra, até pela pressão exercida pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em prol da votação (mais na pág. B2). Para governistas, Tarcísio também ganha peso em setores da direita, desorganizada com o encolhimento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), tornado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até 2030.

"Tarcísio defendeu a PEC, disse que aprova 90% da reforma", afirmou o deputado Baleia Rossi (MDB-SP), após jantar no domingo, em São Paulo, do governador com deputados federais pelo Estado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Texto do "novo" Carf extingue multas e juros

IANDER PORCELLA GIORDANNA NEVES BRASÍLIA

Relatório do projeto de lei que retoma o "voto de qualidade" do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** apresentado ontem acata acordo firmado pelo Ministério da Fazenda e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que acaba com multas e juros em caso de derrota do contribuinte.

O dispositivo foi adicionado à proposta pelo relator do projeto, deputado federal Beto Pereira (PSDB-MS), como forma de diminuir as resistências na Câmara. Havia a previsão de que o texto fosse votado ontem, o que não ocorreu.

O **Carf** é o tribunal que julga conflitos tributários, como a aplicação de multas pela **Receita Federal**. O "voto de qualidade", que desempata os julgamentos, foi extinto em 2020 pelo Congresso. Havia a queixa que quase sempre o governo saia vitorioso - com seu fim, o empate passou a favorecer o contribuinte.

Em janeiro deste ano, o governo retomou o instrumento por meio de medida provisória (MP), como parte de um esforço do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para aumentar as receitas. A MP caducou e o governo teve de enviar ao Congresso um projeto de lei com o mesmo teor.

Segundo o Sindicato dos Auditores- Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco Nacional) com o desempate a favor dos contribuintes em 2022, o governo deixou de arrecadar R\$ 25,3 bilhões.

O PL do **Carf** tramita com urgência constitucional e, por isso, tranca a pauta da Câmara. O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), afirmou que não há "compromisso" para que a votação ocorra hoje.

"Vamos ver. O relator ficou de conversar com as bancadas." LIMITE. O relator decidiu ainda manter o "limite mínimo de alçada" para acesso ao **Carf**. Hoje, podem recorrer ao tribunal administrativo contribuintes cujo valor da ação em disputa seja a partir de 60 salários mínimos. Na medida provisória, o governo alterou esse piso para mil salários mínimos por meio de medida provisória, com objetivo de reduzir o número de casos julgados pelo tribunal, mas o relator deve recuperar a regra anterior.

Como compensação, o deputado incluiu no relatório uma instância inferior de julgamento na **Receita Federal** nas Delegacias de Julgamento (DRJs), com a possibilidade de sustentação oral do contribuinte.

CONFISSÃO.

O deputado também incluiu no texto a criação de uma espécie de "Refis" para contribuintes que confessarem de forma espontânea que têm débitos tributários. É uma espécie de autorregularização tributária, que foi proposta em emenda apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDBSP).

De acordo com o relatório, o pagamento dos contribuintes que aderirem ao programa poderá ser realizado à vista ou em até 60 parcelas mensais.

JUDICIÁRIO.

O texto também prevê que contribuintes com capacidade de pagamento, que será medida pelo patrimônio líquido, estão dispensados a apresentar valores como garantia ao ingressarem com processos judiciais após perder o recurso no **Carf**. Atualmente, ao terminar o processo administrativo no órgão com decisão favorável à União, a empresa só pode recorrer ao Judiciário se apresentar garantia que tem como pagar o valor da dívida principal, das multas, dos juros sobre multas e dívida e dos encargos legais.

Como pode ficar

Relatório de projeto tem novidades

Juros e multas

Em seu parecer, o relator do projeto sobre o **Carf**, Beto Pereira (PSDB-MS), retoma o "voto de qualidade", mas acaba com juros e multas que incidem sobre o valor da dívida tributária discutida em caso de derrota do contribuinte no órgão

Montante

O relator determinou o limite mínimo de 60 salários mínimos para o contribuinte ter acesso ao **Carf**. O governo queria mil salários mínimos

"Refis"

No parecer, há ainda a previsão de um "Refis" para quem confessar a dívida. Conforme o texto, os débitos poderão ser quitados em até 60 parcelas mensais

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária

GABRIEL SABOIA, GERALDA DOCA, HYNDARA FREITAS E RENAN MONTEIRO

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o governo mobilizam esforços para votar a **Reforma Tributária** nesta semana e garantir sua aprovação na Casa antes do recesso parlamentar, que começa dia 17.

Mas, diante da articulação dos estados, que tentam modificar trechos da proposta, Lira afirmou ontem que o texto só irá a plenário "quando houver quórum suficiente" e não se comprometeu com uma data específica.

Enquanto isso, governadores e senadores de oito estados se reúnem hoje para discutir a proposta: Tarcísio de Freitas (São Paulo), Cláudio Castro (Rio), Eduardo Leite (Rio Grande do Sul), Eduardo Riedel (Mato Grosso do Sul), Jorginho Mello (Santa Catarina), Ratinho Júnior (Paraná), Renato Casagrande (Espírito Santo) e Romeu Zema (Minas Gerais). O próprio presidente da Câmara já admite ajustes no texto a pedido dos governadores.

-Não há paixão pelo texto.

Alguns governadores estão com o pleito de que façam a arrecadação de **impostos** e sua repartição.

Acho que o relator Aguinaldo (Ribeiro, do PP-PA) não tem problemas em fazer mudanças com a segurança jurídica que tragam mais votos - afirmou Lira. - Não se trata de uma guerra entre governistas e oposição.

Precisamos primeiro ter um resultado de placar dos partidos, de como as bancadas estão. Importante que as bancadas façam discussão, que governadores venham a Brasília. Temos a oportunidade de debater e, na hora que tivermos quórum adequado, votaremos.

REUNIÃO DE 142 DEPUTADOS

O presidente da Câmara fez referência a uma das queixas em relação ao texto, a criação de um conselho federativo com gestão compartilhada por estados, Distrito Federal e municípios para gerir a arrecadação do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que vai unificar ISS (municipal) e ICMS (estadual). Para os estados, haveria perda de autonomia na gestão de **impostos**.

Eles passariam a depender dos repasses do novo

ente.

Lira tem agido nos bastidores como o principal fiador do governo para a **Reforma Tributária**, e é dele que tem partido o pedido aos líderes para que mobilizem suas bancadas. O esforço concentrado é necessário diante da extensa pauta econômica com temas de interesse do governo no Congresso nesta semana, que inclui ainda a votação do arcabouço fiscal e das mudanças no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, item que precisa ser apreciado antes da **Reforma Tributária**.

Segundo fontes próximas ao presidente da Câmara, a iniciativa reflete a vontade de deixar "um legado no âmbito econômico" ao fim de seu segundo mandato na Casa. Além disso, a reforma é tema de interesse da sociedade como um todo e do mercado financeiro, com quem tem interlocução.

Em outra frente, a pedido de Lira, o segundo maior bloco partidário da Casa, que soma 142 deputados, vai se reunir hoje em dois encontros para discutir as mudanças no **Carf** e o texto final da **Reforma Tributária**, com a presença do relator da proposta para simplificar os **impostos**. Os 142 parlamentares correspondem a mais de um quarto dos 513 deputados da Casa. O grupo, porém, é formado por MDB, PSD, Republicanos, Podemos e PSC, uma composição que inclui aliados e opositores, por isso é dado como certo que haverá divergências. A **Reforma Tributária** precisa de 308 votos entre os 513 deputados para ser aprovada e seguir para o Senado.

-Nós queremos trabalhar junto aos líderes da Câmara para que eles possam concluir a votação esta semana.

Todo o esforço do governo tem sido no sentido de apoiar essa disposição do presidente da Câmara, do relator do Grupo de Trabalho, de votarmos esta semana (a **Reforma Tributária**) -disse o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

CRITÉRIO DO BOLSA FAMÍLIA

O ministro afirmou que o Executivo está aberto para receber governadores e tratar dos pontos divergentes.

Na noite de domingo, o governador de São Paulo reuniu 30 deputados federais em um jantar, no Palácio dos Bandeirantes, no qual expôs suas discordâncias com o texto da reforma. O evento reuniu parlamentares da base de Tarcísio, como PL, PSD e

União Brasil, e de partidos como PT e PSB. Segundo deputados, há apoio a 90% da reforma, mas houve pedido de apoio para mudança em alguns pontos.

São Paulo é um dos 11 estados que se manifestam contra a criação do conselho federativo.

A ideia, defendida inicialmente pelo Pará e que foi ganhando adeptos, é que cada estado continue responsável pela arrecadação de seus **tributos** e faça a divisão entre os municípios. Na lista dos estados que querem retirar o conselho do texto estão: Pará, São Paulo, Rio, Goiás, Maranhão, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Ceará e Minas Gerais.

Tarcísio criticou o critério para dividir recursos do chamado Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que será usado para investimentos nos estados. O governo acena com aporte máximo de R\$ 40 bilhões por ano. Os estados defendiam patamar de R\$ 75 bilhões, mas já acenam com algo como R\$ 60 bilhões.

Tarcísio manifestou preocupação com a fatia de recursos a que São Paulo teria direito, já que parte dos governadores defende que os estados com menor receita tenham prioridade no recebimento.

A proposta de Tarcísio, segundo parlamentares presentes ao jantar, é usar o número de beneficiários do Bolsa Família como critério, o que elevaria substancialmente a fatia de São Paulo na divisão do bolo, já que o estado tem ficado no topo da lista de beneficiários.

São Paulo não é o único que tem se manifestado com críticas ao texto. Mas há outro ponto de divergência nos estados.

Os governadores querem que o IBS entre em vigor em 2026, mas com adoção gradual. No início, existiria apenas uma alíquota teste de 1%. Dessa forma, o ICMS só sairia de cena, de fato, em 2033. A proposta do relator era que o IBS começasse a valer em 2029. O argumento dos estados é que eles perderiam autonomia. Isso porque também entrará em vigor a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), imposto que vai reunir os **tributos** federais.

Eles avaliam que a legislação pode se sobrepor. O relator está disposto a rever a escala de implementação, mas não necessariamente no ritmo proposto pelos estados.

*

"Não há paixão pelo texto. Alguns governadores estão com o pleito de que façam a arrecadação de **impostos** e sua repartição. Acho que o relator

Aguinaldo (Ribeiro, do PP-PA) não tem problemas em fazer mudanças com a segurança jurídica que tragam mais votos"

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

*

OS PONTOS DE DIVERGÊNCIA

1 Transição gradual do IBS, entre 2026 e 2033

A reforma busca simplificação tributária com dois **impostos**: a CBS, federal, seria a fusão de PIS, Cofins e IPI. O outro, o IBS, seria a união do ICMS (estadual) e do ISS (municipal). Os governadores querem que o IBS entre em vigor em 2026, mas com um aumento gradual até 2033. Somente nesta data, o ICMS e o ISS deixariam, de fato, de existir. Pela proposta do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o IBS começaria a vigorar em 2029. Os estados temem que a legislação federal se sobreponha a regras estaduais.

2 Aporte maior do governo federal no Fundo de Desenvolvimento Regional

O projeto do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) prevê a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional a ser custeado pela União. O texto prevê aportes de R\$ 8 bilhões, partir de 2029, aumentando até R\$ 40 bilhões em 2033. Os governadores consideram o valor insuficiente e defendem um valor em torno de R\$ 75 bilhões por ano." O mecanismo deverá ser destinado para reduzir desigualdades de atração de investimentos dos estados", diz o Comsefaz.

3 Conselho federativo tiraria autonomia dos estados

O novo IBS será gerido por um conselho federativo do Imposto sobre Bens e Serviços. O conselho, a ser criado com a reforma, terá gestão compartilhada por estados, Distrito Federal e municípios.

Ontem, subiu para 11 o número de estados que estão contra esse conselho. A contra proposta, defendida inicialmente pelo Pará, e que foi ganhando adeptos, é que cada estado continue responsável pela arrecadação de seus **tributos** e faça a divisão entre os municípios.

4 Critérios para divisão do Fundo de Desenvolvimento Regional

Os critérios para a divisão do Fundo de Desenvolvimento Regional entre os estados só serão definidos posteriormente, por Lei Complementar. Governadores como Tarcísio de Freitas

(Republicanos), de São Paulo, querem que isso seja definido já na PEC. Além disso, Freitas defende que sejam usados critérios como número de beneficiários do Bolsa Família em cada estado. São Paulo tem o maior número do país e isso indicaria, na visão do governador, necessidade maior de aporte.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Carf: relator volta com "voto de qualidade" a favor do Fisco

MANOEL VENTURA

Apresentada ontem pelo deputado Beto Pereira (PSDB-MS), a nova versão do projeto de lei que muda a sistemática de decisões do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** mantém a vitória do Fisco em caso de empate nos julgamentos do tribunal da Receita. Por outro lado, a proposta dá condições mais favoráveis de pagamento aos contribuintes nesses casos, acatando um acordo fechado entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Há mais de R\$ 1 trilhão em **impostos** sendo discutidos no **Carf**.

A proposta deve ser votada hoje no plenário da Câmara.

De modo geral, a Fazenda avalia o relatório como positivo, por manter o voto de desempate pró-Receita e permitir "limpar" a pauta do **Carf**. Inicialmente, a Receita previa arrecadar R\$ 50 bilhões com a proposta, considerada decisiva para cumprir as metas do arcabouço fiscal.

Mas o relator disse que não fez estimativas, porque não vê o texto como uma medida de arrecadação: - Esse projeto de lei não é tratado com impacto financeiro.

É uma política de Estado necessária para que haja equilíbrio das decisões entre Fisco e contribuinte - disse Pereira.

O **Carf** é um tribunal administrativo cujas turmas de julgamento são formadas, igualmente, por representantes dos contribuintes e auditores fiscais. Em janeiro, o governo publicou medida provisória (MP) estabelecendo que, em caso de empate, a vitória é do Fisco.

Desde 2020, a vitória era do contribuinte em caso de empate. A MP, no entanto, perdeu a validade.

ESPÉCIE DE REFIS

O governo, então, encaminhou um projeto de lei estabelecendo a volta do voto de desempate a favor da Fazenda, o chamado voto de qualidade.

O relator, por sua vez, acatou um acordo entre Haddad e a OAB fechado durante a MP. Pelo novo projeto, as empresas derrotadas pelo voto de desempate do governo ficam isentas da multa e dos juros, pagando apenas a dívida principal - que poderá ser dividida em até 12 parcelas.

O relator incluiu no seu texto uma espécie de Refis para contribuintes que confessarem de forma espontânea que têm débitos tributários, que serão pagos de forma parcelada.

O deputado nega tratar-se de um Refis e afirma que o Ministério da Fazenda concordou com o programa. Ele não fez, porém, estimativa de impacto financeiro.

- O contribuinte ganha o parcelamento do que ainda não havia sido lançado. Vai permitir trazer à luz o que ainda não foi lançado. A Fazenda se pronunciou de forma favorável, assim como a maioria dos líderes - afirmou Pereira.

O texto cria uma janela de quatro meses para empresas e pessoas físicas aderirem a esse programa. Esse contribuinte poderá confessar e, concomitantemente, efetuar o pagamento, à vista ou parcelado, dos **tributos** federais devidos. Quem aderir terá a multa perdoada e desconto nos juros.

Diferentemente dos Refis tradicionais, contudo, não haverá redução no valor da dívida principal.

O pagamento desses débitos poderá ocorrer em até 60 meses, com desconto gradual nos juros, a depender do número de parcelas. Se for à vista, o desconto será de 100% nos juros. Se a quitação ocorrer em 12 vezes, haverá redução de 75% nos juros, e assim por diante.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Relatório do Carf prevê "Refis" com condições especiais

PSDB-MS) divulgou nessa segunda-feira o parecer ao projeto de lei do Conselho Administrativo sobre Recursos Fiscais (**Carf**) com a previsão de uma espécie de "Refis" que permitirá, nos quatro meses seguintes à sanção em lei, "condições especiais para o pagamento de créditos tributários ainda não constituídos, de modo a estimular a auto regularização por parte dos contribuintes". A medida não foi bem recebida por parte dos integrantes do Ministério da Fazenda, mas ainda não havia uma posição oficial do governo até o fechamento desta edição.

Segundo o texto, não haverá cobrança de multas se o contribuinte reconhecer a dívida e pagá-la, o que poderá ocorrer em até 60 parcelas mensais, com desconto gradual nos juros a depender do prazo. Será permitida a quitação com créditos de prejuízo fiscal e precatórios. Diferentemente dos Refis tradicionais, contudo, não haverá redução no valor da dívida principal e nem possibilidade de adesão se o débito já estiver em execução.

Esse parcelamento não foi bem recebido por parte dos integrantes do Ministério da Fazenda, segundo apurou o Valor. Para eles, tratase de um estímulo à inadimplência, com a perspectiva de adiar o pagamento dos **tributos** e depois quitá-los sem multas e juros. A medida, inclusive, vale para dívidas atuais, que só serão cobradas nos próximos meses. Outros integrantes da equipe econômica, contudo, rejeitaram se tratar de um Refis e afirmaram que o modelo é parecido com o do Litígio Zero, adotado pelo governo no início deste ano para regularização fiscal. Pereira e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também rejeitaram que isso seja um Refis.

Outro trecho que incomodou técnicos da Fazenda é a possibilidade de concessão de descontos nas multas, juros e encargos legais pagamento com "valores à vista" na transação tributária, modalidade criada para negociar dívidas de difícil recuperação.

Esse instituto acaba não sendo muito utilizado por empresas saudáveis porque, nestes casos, o desconto é muito pequeno. A redação do projeto, porém, dá margem a que empresas consideradas boas pagadoras possam aderir à transação com descontos significativos. Para uma fonte da Fazenda, a transação não faz sentido se for para dar desconto para créditos recuperáveis.

O projeto foi editado pelo governo para tentar voltar com o "voto de qualidade" no **Carf**, quando o presidente da turma, que é sempre um representante da Receita, desempata os processos sobre litígios tributários. Isso fazia com que o contribuinte perdesse em 95% das vezes e gerava reclamações das empresas. No governo Bolsonaro (PL), o empate passou a favorecer o contribuinte, o que levou a perdas bilionárias para a União.

O impasse foi resolvido com um acordo entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), incorporado por Pereira ao parecer. Pelo texto, se o representante do Fisco garantir a vitória da União no critério de desempate, o contribuinte terá que pagar o total da dívida, mas ficará isento de multa de ofício e de responder a processos penais por fraude. Além disso, se quitar o débito sem questioná-lo na Justiça, ficará isento dos juros e poderá pagá-lo em até 12 parcelas, com o uso inclusive de créditos de prejuízo fiscal e de CSLL. Pereira chegou a cogitar ampliar o prazo de parcelamento, mas desistiu na versão protocolada.

Por outro lado, há uma série de medidas para beneficiar os grandes contribuintes que resolverem levar o litígio ao Judiciário ou negociar o pagamento. Quem perder no voto de desempate poderá aderir à transação tributária. O relator criou nova modalidade desse instituto.

Além de negociar com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), caso dos débitos já inscritos na Dívida Ativa, o contribuinte poderá pedir desconto também para a **Receita Federal** antes da execução fiscal. Essa proposta causou protestos dentro do governo, principalmente da PGFN.

Em linha com esse mecanismo, o projeto atrasa em dois meses o prazo para fazer a execução fiscal dos devedores. Atualmente, o processo é incluído na Dívida Ativa em 30 dias, mas o prazo iria a 90 dias, dando mais tempo para negociar com o Fisco.

No caso de quem decidir recorrer à Justiça contra a dívida decidida no voto de qualidade, o projeto inova ao permitir que não apresente garantia se comprovar "capacidade de pagamento". Hoje, quem quer discutir no âmbito judicial precisa depositar valor em dinheiro

ou incluir um bem como garantia ao ingressar com o processo, para fazer o pagamento se for derrotado. O mecanismo é voltado especialmente para as empresas da bolsa de valores: para acessá-lo, é preciso relatório de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras.

O parecer ainda incluiu a redução de multas aplicadas pela Receita para as empresas que aderirem a "política de conformidade" do governo federal.

Parcelamento não foi bem recebido por parte dos integrantes da Fazenda

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187593?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187593?page=1§ion=1)**

Prefeitos e governadores vão à Brasília para cobrar mais tempo de negociação sobre a reforma tributária

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/07/04/RDIOCBNBRASL>

[IAFM953DF-06.34.07-06.38.38-1688464529.mp3](#)

Lei sobre igualdade salarial entre gêneros passa a vigorar

Matheus Teixeira e Marianna Holanda

O presidente Lula (PT) sancionou nesta segunda (3) a lei que estabelece a igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenhem a mesma função e afirmou que os empresários precisarão respeitar a nova regra.

"Neste governo, empresário que não cumprir vai ter que enfrentar a legislação brasileira", disse.

O chefe do Executivo afirmou que a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), de 1943, já previa paridade remuneratória, mas que a norma sempre foi descumprida e que, agora, a fiscalização aumentará com a nova lei.

"Na verdade tem governo que faz cumprir a lei e governo que não faz cumprir a lei", disse o presidente.

O projeto de lei foi aprovado de forma simbólica, sem a contagem de votos, no Senado em junho. O texto foi apresentado pelo Executivo no Dia da Mulher, 8 de março.

O texto pune com multas equivalentes a dez vezes o maior valor pago pelo empregador para empresas que pagarem salários maiores para homens do que para mulheres que exercem a mesma função. O valor será 100% maior em caso de reincidência.

Atualmente, a legislação já prevê pagamento de multa para casos de remunerações desiguais, mas com algumas diferenças. Primeiro, o texto falava em "sexo e etnia". Segundo, o pagamento da multa tinha um outro cálculo: 50% do limite máximo dos benefícios do RGPS (Regime Geral de **Previdência Social**), além da própria diferença salarial.

A mudança na lei, além de propor uma multa mais amarga, diz textualmente que é obrigatória remuneração igual a homens e mulheres no mesmo cargo, com as mesmas condições.

O projeto de lei foi aprovado em 31 de maio por três comissões do Senado: CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), CDH (Comissão de Direitos Humanos) e CAS (Comissão de Assuntos Sociais). No plenário, apenas o senador Eduardo Girão (Novo-CE) registrou voto contra.

O texto ainda estabelece que as empresas com mais de cem empregados serão obrigadas a publicar semestralmente relatórios de transparência salarial, preservando os dados pessoais dos funcionários.

O documento precisará ter dados de fácil comparação salarial e "proporção de ocupação de cargos de direção, gerência e chefia preenchidos por mulheres e homens".

Se a empresa não publicar o relatório, terá de pagar uma multa administrativa de até 3% da folha de pagamento, com limite fixado em cem salários mínimos.

No mesmo ato, Lula também sancionou o projeto que garante pagamento do Bolsa Atleta para puérperas e gestantes e outro que inclui os assédios moral e sexual e a discriminação como infrações no âmbito da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

"Eu acho que a questão do assédio é uma coisa muito mais séria do que a gente pensa. Quantas meninas não sofrem assédio em escritórios de advocacia? Não posso dizer um número, mas sei que é uma coisa muito séria nesse país."

Neste governo, empresário que não cumprir vai ter que enfrentar a legislação brasileira

Luiz Inácio Lula da Silva ao sancionar lei que estabelece a igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenhem a mesma função

Saiba mais sobre a lei

Multa

Texto pune com multas equivalentes a dez vezes o maior valor despendido pelo empregador para empresas que pagarem salários maiores para homens do que para mulheres que exercem a mesma função

O valor será 100% maior em caso de reincidência

Relatório de transparência

Empresas com mais de cem empregados serão obrigadas a publicar semestralmente relatórios de

transparência salarial, preservando os dados pessoais dos funcionários

Se empresa não publicar o relatório, terá de pagar uma multa administrativa de até 3% da folha de pagamento, com limite fixado em cem salários mínimos

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50327&maxTouch=0&anchor=6479735&pd=6bd7e86891d5ecd26b3ca1d46a117103>

Governos e prefeituras se unem por mudanças

RAFAELA GONÇALVES

Governadores e prefeitos começam a desembarcar, hoje, em Brasília, para pressionar deputados por mudanças no texto da **reforma tributária**. Apesar das muitas divergências em relação ao projeto - que pode não ser aprovado nesta semana, apesar de o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP -AL), ter afirmado que quer liquidar o assunto nas próximas horas -, há ao menos um consenso: como está sendo construído, várias unidades da Federação e prefeituras asseguram que sairão perdendo ainda mais arrecadação.

Sete governadores vão participar do encontro do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) para pressionar deputados dos seus estados por mudanças no texto do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Estão previstas as presenças dos governadores Cláudio Castro (RJ), Eduardo Leite (RS), Romeu Zema (MG) e Tarcísio de Freitas (SP) - entre outros.

O governador paulista lidera o grupo que se opõe à criação do Conselho Federativo, colegiado que vai gerir o futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - substituto do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços (ISS). Os estados temem perder autonomia na gestão dos recursos com o IBS.

No domingo, Tarcísio se reuniu com cerca de 30 deputados federais paulistas para debater pontos da reforma. Segundo o presidente do MDB, Baleia Rossi (SP), que participou do encontro, o governador apoia 90% do texto, mas interlocutores afirmam que fará uma contraproposta com mudanças em, ao menos, oito áreas. Entre elas, no modelo de arrecadação, na governança do Conselho Federativo e no Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais.

"Acho que todo mundo já conhece quais são os pontos de São Paulo. As divergências são poucas e são ajustáveis, para que a gente possa preservar o federalismo", explicou Tarcísio.

O que parte dos membros dos Cosud defende é que o Conselho Federativo tenha uma representação proporcional à população de cada ente da Federação, com o objetivo de "evitar distorções na tomada de decisões". Existe a preocupação de que outros

estados acabem dependendo de São Paulo caso o critério seja seguido.

Crítico da reforma, o governador Ronaldo Caiado (GO) se encontrará com a bancada goiana na Câmara e com lideranças partidárias e de frentes na Casa. Ele considera que o texto favorece apenas as grandes indústrias.

"Do jeito que está, não atende aos interesses dos entes federados e, muito menos, aos estados em desenvolvimento, como Goiás", afirmou.

Já a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) convocou um protesto na Câmara a partir das 17h. Busca uma alternativa para que os municípios não percam a autonomia de arrecadação. Entre as presenças confirmadas estão os prefeitos de São Paulo, Ricardo Nunes; do Rio de Janeiro, Eduardo Paes; e de Belo Horizonte, Fuad Noman.

Prefeitos de capitais e grandes cidades, onde se concentram a maior arrecadação do ISS, alegam que a proposta prejudicará os municípios por retirar a autonomia das cidades para arrecadarem.

Setor produtivo ecoa desgosto

A insatisfação do setor produtivo reforçará o coro de críticas à **reforma tributária** em Brasília, nesta semana. Embora a maioria seja favorável à simplificação do sistema, confederações estimam perdas com o texto elaborado e líderes dos segmentos têm marcado presença no Congresso na tentativa de negociar concessões com os deputados.

O texto preliminar prevê a substituição de cinco **tributos** por dois mais amplos, com regras válidas nacionalmente. A redação projeta fixar uma alíquota padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que deve girar em torno de 25%. Haverá, ainda, alíquotas reduzidas para setores específicos, a exemplo de medicamentos, serviços de saúde, serviços de educação, transporte público coletivo e artigos da cesta básica. Demais setores tentam entrar no grupo de beneficiados.

Segundo estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a reforma proposta no substitutivo pode trazer aumento

de carga tributária acima de 170% para atividades da área. "A **reforma tributária** é essencial ao desenvolvimento econômico do país, mas não pode punir o setor, que é o que mais avança e foi o primeiro a ajudar os brasileiros", defendeu o presidente da CNC, José Roberto Tadros, ao lembrar que os serviços têm um peso de cerca de 70% no Produto Interno Bruto (**PIB**).

Desconfianças

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio- SP), que reúne os segmentos de comércio de bens, serviços e turismo no estado de São Paulo, considera que a redução de alíquota de 50% para algumas atividades - como educação e saúde - não alivia o aumento da carga de tributária.

Segundo a entidade, que teme que os pequenos serviços sejam os mais prejudicados, a solução não é suficiente para minorar os efeitos nocivos da reforma no setor.

A produção rural foi uma das contempladas pelo tratamento diferenciado, com alíquotas menores do que a taxa padrão.

Ainda assim, o agronegócio permanece com dúvidas sobre as mudanças. Atualmente, conta com muitos benefícios tributários, como na aquisição de insumos, vendas com redução de alíquota e crédito facilitado.

Ao considerar uma alíquota fixa do IVA, o agronegócio alega que o percentual irá onerar a cadeia de produção, ameaçando, inclusive, uma alta no preço dos alimentos.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi questionado se poderiam ser feitas novas concessões para garantir vantagens ao setor produtivo. Ele afirmou que isso não deve acontecer e considerou que as críticas das confederações e federações como "normais" em "reta final de uma negociação complexa". (RG)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/04/all.pdf>

Reforma tributária não é sinônimo de menos impostos (Artigo)

Yvon Gaillard

Que o Brasil precisa de uma **reforma tributária** há mais de 30 anos, isso ninguém discute. Que em todo novo governo esse assunto se torna pauta prioritária, isso também não é novidade. Mas, então, por que é tão difícil acontecer algo "bom" em relação à tributação no país?

Quando o assunto são **tributos**, há menos pessoas que realmente conhecem do tema do que bilionários no mundo - e olha que só existem 2.668, segundo o último ranking da Forbes. Na verdade, se alguém disser que conhece tudo sobre **tributos**, saia de perto dessa pessoa, pois ela está mentindo. Isso faz com que praticamente todo mundo, ao escutar algo sobre esse assunto, logo assimile a **reforma tributária** a pagar menos **impostos**, o que definitivamente não é verdade. Esse é um primeiro paradigma importante a ser quebrado.

Mas como convencer uma sociedade sofrida, como a brasileira, de que talvez vá pagar mais **tributos** com um sistema tributário mais simples? Pior ainda, como convencer uma classe média, já extremamente abalada, mais perto da base da pirâmide do que do topo e extremamente dividida politicamente de que ela vai pagar mais caro pelos serviços que utiliza, como plano de saúde e educação privada?

O que fazer com os municípios ou estados menos populosos que, por alguns motivos - posição geográfica, incentivos fiscais, características populacionais/educacionais, entre outros -, são altamente industrializados e que, em um novo modelo tributário sobre consumo, vão perder receita?

E a Zona Franca de Manaus, uma área no meio da floresta amazônica que se industrializou há décadas por conta de incentivos fiscais? Como encaixar isso em uma nova realidade global de preservação ambiental? E todos os benefícios fiscais e regimes especiais que a União, estados e municípios tiveram que conceder para atrair empresas? O que fazer?

São questionamentos que sempre aparecem e para os quais alguns poucos até têm as respostas. Mas, com certeza, elas não agradam a todos e têm um custo muito elevado ao longo do tempo. Além disso, contam com uma premissa, uma eficiência mínima do poder

público - o que, convenhamos, é muito mais difícil de acontecer do que a própria **reforma tributária** em si.

Será que os **tributos** sobre consumo são o único problema (não são!)? Devemos começar com eles? Com parte deles? E os **tributos** sobre a folha? Renda? Patrimônio? Por esse e vários outros motivos, essa **reforma tributária** tão esperada pelo Brasil, e principalmente pelo empresariado brasileiro, ainda não aconteceu.

O novo governo tenta uma estratégia no mínimo perigosa, de que uma **reforma tributária**, que na verdade ainda nem se sabe direito qual será, vai ajudar o Brasil a voltar a crescer. Foi até chamada pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, como a bala de prata do governo para destravar a economia. É claro que a **reforma tributária** vai ajudar a "dinâmica" da economia brasileira, mas colocá-la como motor de um crescimento é, no mínimo, leviano.

O crescimento econômico depende de uma série de variáveis. Entre elas, cito duas importantes: uma política fiscal superavitária e uma taxa de juros competitiva, que seja capaz de incentivar o investimento. Aqui começa a fazer sentido para mim o discurso do novo governo de que uma **reforma tributária** no Brasil vai "promover" um crescimento econômico.

Lembra quando mencionei acima que uma **reforma tributária** não corresponde a uma redução de **tributos**? Na verdade, o que me parece é que o governo pretende arrecadar mais com ela, pois não vai querer gastar menos do que o anterior. Assim, de fato, arrecadando mais, proporcionalmente poderia gastar mais e ainda gerar superávit - o que o governo anterior conseguiu nos últimos dois anos.

Com superávit nas contas públicas, há uma série de impactos positivos, como potencial menor índice de **inflação**, maior fluxo de investimento estrangeiro, entre outros. Pontos extremamente relevantes para se proporcionar uma taxa de juros mais competitiva, incentivando ainda mais investimentos e o consumo das pessoas, o que são, sim, variáveis que impulsionam o crescimento econômico.

Portanto, a bala de prata não é para matar o vampiro da recessão brasileira diretamente. Na verdade, é para

atingir a fechadura tributária da janela dos gastos públicos brasileiros, fazendo com que os raios de sol do superávit e da taxa de juros baixa transformem o vampiro da recessão em pó. É uma estratégia razoável, contada de um jeito diferente. Mas será que a população fragilizada e nossa classe média conservadora vão querer pagar por isso? Fica o questionamento.

Yvon Gaillard. CEO da Dootax

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/04/07/2023/p1>

Governo libera R\$ 465 mi em emendas alvo do centrão; AL é o mais beneficiado

Thiago Resende, Mateus Vargas e Ranier Bragon Brasília

Às vésperas de votações importantes para o presidente Lula (PT) na Câmara, o governo liberou R\$ 465 milhões da verba do Ministério da Saúde, que é alvo de cobiça do centrão.

A pasta tem R\$ 3 bilhões herdados pelo governo por causa do fim das emendas de relator -principal moeda de troca nas negociações de Jair Bolsonaro (PL) e os parlamentares.

O ministério de Nísia Trindade (Saúde) era foco de reclamações de cardeais do Congresso por, até semana passada, não ter liberado nada desse dinheiro, que, apesar de não ter carimbo de emenda parlamentar, tem sido usado por Lula na articulação política.

Segundo articuladores do governo, a fatia destravada deve chegar a R\$ 600 milhões até o fim da semana, quando a Câmara pretende votar três projetos econômicos considerados essenciais para Lula, entre eles a reforma tributária.

As negociações em torno dos bilhões herdados pelo presidente após a extinção das emendas de relator beneficiam aliados do Palácio do Planalto e dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD--MG). Parlamentares próximos à cúpula dos dois Poderes conseguem enviar mais dinheiro para projetos e obras em suas bases eleitorais.

Nísia começou a abrir o cofre de R\$3 bilhões após pressão do centrão. Ela inclusive chegou a se reunir com Lira em 21 de junho. Poucos dias antes do encontro, integrantes da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), responsável pela relação com o Congresso, foram ao Ministério da Saúde para organizar e priorizar os pedidos de prefeituras para receber uma parte do dinheiro.

Dos R\$ 465 milhões autorizados no último fim de semana, a pasta prevê o repasse de R\$ 107 milhões para Alagoas -o maior beneficiado.

Além de ser o estado de Lira, Alagoas é reduto eleitoral do líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões. Ele foi relator da MP (medida provisória) dos

Ministérios, que tratava da estrutura do governo Lula. O Planalto passou sufoco para conseguir aprovar o texto em meio a revolta do centrão com a demora na liberação de cargos e emendas.

Pessoas envolvidas nas negociações políticas dizem que a elevada parcela para Alagoas é explicada pelo peso de Lira e Isnaldo nas negociações políticas, além do envio de dinheiro para projetos de novatos, como Alfredo Gaspar (União Brasil), no estado.

Como mostrou a Folha em fevereiro, Lula fez um acordo com Arthur Lira (PP-AL) para que parte da verba de ministérios seja usada para bancar emendas de deputados novatos que ajudaram a reeleger o presidente da Câmara.

Lula herdou R\$ 9,85 bilhões das extintas emendas de relator -a pasta de Nísia ficou com a maior fatia do dinheiro.

Essa verba foi alocada como recurso de ministérios, mas ganhou uma rubrica específica para facilitar que o Palácio do Planalto opere e monitore os repasses realizados por intermédio de parlamentares ou de grupos políticos.

Os municípios mais beneficiados com os recursos já autorizados foram São Gonçalo (RJ), com R\$ 36,2 milhões repassados, e Maceió (AL), que recebeu R\$ 25 milhões.

Depois de Alagoas, o segundo que mais recebeu recursos foi o Rio de Janeiro. Os repases para o estado atendem a pleitos de petistas, como o deputado Washington Quaquá, que é vice-presidente nacional do partido, mas também há liberação para o reduto de deputados do centrão, como o líder do PL, Altineu Cortes.

Altineu, apesar de ser do PL, de Bolsonaro, negocia cargos de terceiro escalão e emendas para o Rio de Janeiro com o governo Lula. São Gonçalo (RJ) é a cidade mais beneficiada pelas liberações. O prefeito do município, Capitão Nelson, é do PL e aliado do deputado.

O PL tem a maior bancada na Câmara, com 99 deputados. Em projetos de caráter econômico, como o novo arcabouço fiscal, o governo tem contado com um

potencial de 30 votos do partido de Bolsonaro.

Os repasses que foram autorizados por Nísia não representam o início do destrava-mento da verba herdada das emendas de relator -os ministérios da Agricultura e das Cidades já tinham liberado recursos, mas atendendo à base eleitoral dos ministros.

Os atos do ministério, por outro lado, marcam uma nova fase da articulação política do governo Lula. A destinação do dinheiro foi intermediada por assessores de Lira. Isso significa a retomada da influência do presidente da Câmara sobre a quantia de R\$ 9,9 bilhões.

No fim de junho, Lira ligou para o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) após o centrão se irritar ao saber que o governo usou a verba das extintas emendas de relator para destinar dinheiro para as bases eleitorais de ministros.

Há cerca de um mês, o grupo de parlamentares liderados por Lira passou a transformar a pasta da Saúde em alvo porque a equipe de Nísia criou regras para ampliar o controle na liberação de emendas parlamentares.

Líder da União Brasil e um dos mais próximos a Lira, Elmar Nascimento (BA) afirma que prefeitos querem usar o dinheiro para custear ações de saúde já existentes no município, incluindo o pagamento de pessoal.

A pasta, por seu lado, deseja estimular transferências para investimentos como construção de unidades de atendimento, compra de equipamentos médicos e renovação da frota do Samu.

Congressistas afirmam ainda que, além do problema nas prioridades definidas pela Saúde, o processo de cadastro e seleção de projetos atrasa a liberação do dinheiro.

O ministério havia aberto prazo até 30 de junho para estados e municípios apresentarem propostas de uso dos R\$ 3 bilhões. Mesmo antes do fim da seleção, a pasta de Nísia Trindade autorizou os primeiros empenhos.

Na gestão Bolsonaro não havia uma seleção de propostas para partilha desse tipo de emenda -a verba era distribuída por indicações feitas pelo relator do Orçamento, após acordos feitos entre a cúpula do Congresso e o Planalto.

Questionada, a Saúde não informou se o Planalto interferiu na seleção das propostas feitas por estados e municípios. Também não respondeu se aliados do

governo serão priorizados.

O ministério afirma que mantém diálogo com o Congresso e gestores do SUS, "tendo a ministra da Saúde, Nísia Trindade, se reunido 0001277 parlamentares, governadores, prefeitos e vários representantes de entidades filantrópicas desde o início da gestão".

Duas portarias publicadas pela Saúde no último dia 29 de junho autorizaram as primeiras liberações da verba re-batizada após o fim das emendas de relator.

Em um dos textos, a Saúde deu aval para repassar R\$ 355 milhões para o custeio da atenção especializada. O recurso foi repassado para estados e municípios cobrirem despesas de hospitais e ambulatórios.

Enquanto a segunda portaria permitiu o envio de mais R\$ 108 milhões para financiamento da atenção primária em municípios. Esse recurso foi direcionado para custear equipes de saúde bucal, saúde da família, além de equipes multiprofissionais.

R\$ 600 mi devem ser liberados até o final desta semana pelo Ministério da Saúde para atender a demandas de parlamentares

R\$107 mi devem ser destinados a municípios de Alagoas, estado do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP)

R\$ 36 mi foram liberados para o município de São Gonçalo (RJ), cidade mais beneficiada individualmente pelas verbas

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50327>

Sob pressão de estados, Lira mede apoio à reforma tributária

Idiana Tomazelli e Victoria Azevedo

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), começou a medir o apoio das bancadas partidárias à **reforma tributária** no momento em que governadores e prefeitos elevam a pressão por mudanças no texto ou adiar a votação.

Segundo aliados, Lira pediu às lideranças que sinalizem quantos votos cada bancada pode entregar, considerando o texto atual do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e quais os principais entraves a uma adesão maior, se questões federativas ou setoriais.

O PT do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), já sinalizou que entregará 100% dos votos de seus 68 deputados. Já o PP de Lira, segundo seus aliados, pode entregar cerca de 90% dos 49 apoios possíveis.

Por ser PEC (proposta de emenda à Constituição), o texto precisa de 308 deputados em dois turnos de votação.

"Precisamos primeiro ter um resultado do placar dos partidos, de como as bancadas estão", disse Lira nesta segunda (3). Segundo ele, o texto será colocado em votação "na hora que vislumbrarmos um quórum adequado".

"Os votos, lógico, são inerentes a cada parlamentar. Só espero que o clima continue como um projeto de interesse do país, não só do governo. Para que esse assunto não vire nenhum tipo de batalha entre governo e oposição", acrescentou ele.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (PL), lidera um dos polos de resistência à reforma. No domingo (2), ele tentou mobilizar bancada de parlamentares do estado (que tem 70 deputados) em defesa de mudanças na proposta.

Mas o próprio coordenador da bancada estadual, deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL), disse que não arrisca um posicionamento conjunto. "Imagine eu pedir para o PT votar contra? Não posso te afirmar antes, mas presumo que não será homogêneo" afirmou. Há casos como o do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), autor da PEC que serve de base para a discussão e defensor ferrenho da medida.

Alguns desconfiam de que Tarcísio quer se fortalecer como líder da oposição.

Independentemente de interesses políticos, o relator está dialogando com as bancadas e negociando ajustes no texto para tentar desarmar resistências levantadas pelos estados, pelos municípios e por parte do setor de serviços.

Representantes desses grupos desembarcam em Brasília nesta semana para tentar ampliar a pressão. Nesta terça (4), a FNP (Frente Nacional dos Prefeitos), que reúne capitais e grandes cidades, organiza um ato no Salão Verde da Câmara, por onde circulam parlamentares, membros da imprensa e representantes da sociedade.

"É uma coincidência [o ato ser no mesmo dia dos governadores], mas se tivermos pontos de convergência vamos nos unir" diz o presidente da FNP, Edvaldo Nogueira.

Segundo ele, capitais e grandes prefeituras se opõem à extinção do ISS, imposto municipal sobre serviços. A avaliação da FNP é que a medida fere a autonomia federativa e provocará perda de arrecadação.

"O setor serviços vai ganhar protagonismo na economia, a tendência do ISS é crescer. Querem abocanhar essa parte, e não sabemos quanto fica para nós", critica Nogueira.

Na noite desta terça, integrantes do chamado Codesul (Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) e do Cosud (Consórcio de Integração do Sul e do Sudeste) se reunirão em Brasília para discutir os detalhes da proposta.

Um dos temas deve ser o chamado Conselho Federativo, ao qual São Paulo se opõe de maneira ferrenha. A figura é prevista na PEC e responderia pela arrecadação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que substitui o ICMS estadual e o ISS municipal.

O Conselho, formado por representantes de estados e municípios, recolheria o novo imposto e repassaria as receitas devidas a cada ente da federação, considerando a migração da cobrança para o destino-

para onde ocorre o consumo de bens e serviços.

Hoje, parte do recolhimento se dá na origem, onde há a produção de bens e serviços. Estados produtores são dos que mais resistem ao Conselho.

A proposta de São Paulo, encampada por outros estados, é manter o desenho atual de cobrança descentralizada. Assim, o IBS seria recolhido no estado produtor, com posterior repasse aos locais de consumo por meio de uma câmara de compensação.

O governo paulista diz que a medida assegura maior autonomia e "controle direto do estado sobre sua fonte de receita, com operacionalização mais simples do que o processo de centralização e partilha integral da receita", conforme apresentação feita por Tarcísio a parlamentares em jantar na noite de domingo (2).

Outros estados e também alguns especialistas rejeitam a ideia da câmara de compensação por avaliar que cria problemas aos contribuintes, uma vez que haverá dúvida sobre como cobrar os créditos tributários obtidos com o pagamento do novo imposto em fases anteriores da produção.

Além disso, estados consumidores ficariam na mão dos produtores à espera do repasse dos recursos a que têm direito.

Em países como Canadá e Índia, que adotam o modelo de IVA (Imposto sobre Valor Agregado) dual proposto para o Brasil (com um imposto para o governo federal e outro para estados e municípios), a cobrança é feita de forma centralizada na esfera federal. Como maior parte dos governadores e prefeitos rejeita participação da União nessa tarefa, o Conselho cumpriria esse papel.

O relator da reforma busca um meio-termo para diminuir as resistências de São Paulo e evitar que o estado, que já travou outras tentativas de mudar o sistema tributário, emperre as negociações.

A aliados, Lira tem dito que há espaço para mudanças, desde que as alternativas "parem de pé" e não signifiquem desembarque de mais estados.

O governo de São Paulo também quer saber como vai ser distribuído o FDR (Fundo de Desenvolvimento Regional), cujo objetivo é garantir aos estados instrumentos de incentivo regional. As ferramentas atuais, como redução de alíquota, base de cálculo ou concessão de créditos presumidos, não serão mais viáveis após a unificação do ICMS no IBS.

A União já acenou com um aporte anual de R\$ 40 bilhões, mas o critério de partilha desse dinheiro é alvo

de controvérsia. Governadores do Norte e Nordeste querem adotar o critério do **PIB** (Produto Interno Bruto) invertido, que beneficiaria locais mais pobres, mas há outras propostas.

Nos cálculos de São Paulo, uma média ponderada das propostas discutidas no Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda) resultaria em apenas 3,28% para o estado - repasse que começaria em R\$ 262 milhões em 2029 e iria a R\$ 1,3 bilhão a partir de 2033, considerando a implementação gradual do fundo.

Já um critério que leve em conta a população de cada estado elevaria os valores a R\$ 1,76 bilhão em 2029 e R\$ 8,8 bilhões de 2033 em diante, equivalente a 22% do fundo. Essa alternativa seria defendida pelo Rio Grande do Sul.

Um formato intermediário, preferido por São Paulo, seria fazer a distribuição pelo número de beneficiários de programas sociais. Nesse desenho, o estado receberia 14,62% do FDR, ou R\$ 1,17 bilhão em 2029 e R\$ 5,85 bilhões a partir de 2033.

A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) articula com outros setores um manifesto a favor da reforma. A avaliação é de que é importante se posicionar em defesa da proposta à medida que crescem as críticas.

O setor serviços vai ganhar protagonismo na economia, a tendência do ISS é crescer. Querem abocanhar essa parte, e não sabemos quanto fica para nós

Edvaldo Nogueira presidente da Frente Nacional de Prefeitos

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50327&maxTouch=0&anchor=6479735&pd=6bd7e86891d5ecd26b3ca1d46a117103>

Calendário da Reforma tributária mobiliza frentes parlamentares na Câmara - COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS - MARCELO DE MORAES

Enquanto as reuniões das comissões da Câmara e da CPMI foram canceladas para que os deputados concentrem toda a atenção na pauta econômica no plenário, as frentes parlamentares intensificaram os trabalhos esta semana. O motivo é justamente o foco na **reforma tributária**. O grupo que representa os setores de Comércio e Serviços vai ter reunião com o relator da **reforma tributária** na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), quer sinalização mais clara sobre o impacto para o setor. A ideia é orientar o voto. Já a Frente do Empreendedorismo vai se reunir com secretário da Fazenda de São Paulo, Samuel Kinoshita, hoje, em Brasília, para saber como pode contribuir com alterações no texto.

I PRAZO. As novas regras estabelecidas no Supremo Tribunal Federal para prazo de vista "forçaram", até agora, 51 processos a serem pautados no plenário da Corte, mesmo sem a liberação formal dos relatores dos casos.

Desse total, a maior parte (23) estava com o ministro André Mendonça, seguido por Ricardo Lewandowski (22) - que já se aposentou - Luiz Fux (4), Gilmar Mendes (1) e Rosa Weber (1).

I EXEMPLOS. Um dos casos que foram liberados é o julgamento da chamada "pauta verde", que reúne ações judiciais que acusam o governo Jair Bolsonaro de omissão no combate ao desmatamento.

A suspensão ocorreu após pedido de Mendonça em abril do ano passado. Mesmo com a liberação, como o caso está pautado para o plenário presencial, a presidente da Corte, Rosa Weber, ainda terá que marcar a data da análise. Os casos do plenário virtual, no entanto, são pautados automaticamente.

I INDISPONÍVEL. Indicado pelo senador Davi Alcolumbre na cota do União Brasil, mesmo sem ser da sigla, o ministro Waldez Góes (Integração e Desenvolvimento Regional) não priorizou a legenda em suas agendas oficiais.

A Coluna verificou. Só 10% das suas reuniões tiveram

integrantes do União. Foram 42 encontros, do início do ano até 29 de junho.

I SE LIGA. O fato de Waldez não ser próximo da bancada virou um fator de descontentamento entre os deputados do União. Esse também foi um dos motivos que levou à decisão pela troca da ministra do Turismo, Daniela Carneiro (RJ) por Celso Sabino.

I ACESSÍVEL. Embora não reserve tanto espaço nas agendas oficiais, aliados dizem que, recentemente, Waldez começou a participar mais de confraternizações com integrantes do União, como jantares. Também tenta incluí-los nas viagens pelo País.

I APRESSADO. Cotado para substituir Daniela Carneiro no Ministério do Turismo, o deputado Celso Sabino (União-PA) já começou a esboçar possíveis programas para lançar à frente da pasta.

Segundo pessoas próximas, ele conversou com técnicos e especialistas do setor.

I DESACELERA. A quem o questiona, Sabino responde que "está estudando". A orientação da sigla é para ele não falar sobre o tema publicamente até que haja formalização de sua nomeação, o que deve ocorrer depois que o presidente Lula voltar da Argentina.

*

PRONTO, FALE!!

"A nova **reforma tributária** tem aspectos que não constam nas da PECs 45 e 110 e está sendo apresentada para ser votada em uma semana na Câmara."

Ives Gandra Martins Advogado tributarista

CLICK

Na Fiesp, apresentou Climate Scanner, programa da ONU em parceria com órgãos de controle de países para avaliar ações governamentais sobre o clima.

Bruno Dantas Presidente do TCU

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA
Calendário da reforma tributária mobiliza frentes parlamentares na
Câmara

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187593?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187593?page=1§ion=1)

A hora da reforma tributária. (Editorial)

o Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), incluiu a **reforma tributária** na pauta de votações desta semana. Serão dias decisivos para que o País possa deixar para trás um sistema disfuncional, regressivo e complexo, que reúne tantos defeitos que seria impossível descrevê-los neste espaço, e finalmente figurar entre os países que aplicam um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) sobre bens e serviços, modelo conhecido por reduzir a burocracia, facilitar investimentos e estar alinhado às melhores práticas internacionais.

O texto apresentado pelo relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), prevê o IVA dual, com uma parcela administrada pela União e outra por Estados e municípios. Para dar fim à nefasta guerra fiscal, a cobrança não mais incidirá na origem, mas no destino. Haverá um período de transição até que o sistema possa ser integralmente implementado; nesse intervalo, os benefícios já concedidos serão mantidos, e o governo federal, tradicionalmente refratário a pagar parte da conta, aceitou dar sua parcela de contribuição a fundos que compensarão os entes federativos prejudicados.

O novo imposto terá uma alíquota única como regra geral. Alguns segmentos terão percentuais reduzidos em 50%, outros ficarão isentos. Haverá também um imposto seletivo, aplicado sobre bens e serviços cuja compra o governo quer desestimular, como cigarros e bebidas alcoólicas. Regimes paralelos, como o Simples Nacional e a Zona Franca de Manaus, serão mantidos.

Muitos detalhes da reforma ficarão para etapas posteriores e serão tratados por meio de projetos de lei complementar - entre eles a alíquota geral, dependente de cálculos a serem realizados pela **Receita Federal**.

Na falta de argumentos contundentes contra a essência do parecer, os críticos têm tentado estender as discussões e adiar a apreciação da reforma até que suas demandas sejam contempladas.

Intensivo em mão de obra, o setor de Serviços prevê milhões de demissões a depender da alíquota a ser definida e, por isso, defende a desoneração da folha de pagamento como forma de compensação - tema que não é tratado nesta etapa da reforma. Já a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) diz que a tributação sobre os itens da cesta básica vai aumentar, desconsiderando a redução de custos ao

longo da cadeia do setor.

Governadores de Estados mais ricos, como São Paulo, se colocam contra o Conselho Federativo, pilar da **reforma tributária**, para manter o recolhimento de **tributos** que não mais lhes pertencerão. Todos esses pontos têm sido rebatidos pelo secretário extraordinário da **Reforma Tributária** no Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

O debate é obviamente indispensável, mas não é difícil perceber que por trás de muitas das críticas à **reforma tributária** não está a intenção de aperfeiçoar o texto, e sim obnubilar um inédito clima favorável à aprovação do projeto, deixando tudo como está. "Vamos ser honestos, não precisa de mais tempo. Ou a gente vota a reforma ou não vai votar a reforma. Não são mais 15 dias que vão resolver a questão", resumiu, em entrevista ao Estadão, o deputado Baleia Rossi (MDB-SP), autor da proposta apresentada ao Legislativo em 2019.

Foram mais de 30 anos até que houvesse convergência entre o Legislativo e o Executivo sobre a **reforma tributária**, período no qual o crescimento econômico se caracterizou por voos de galinha - com picos cada vez mais baixos e vales cada vez mais profundos. Esse desempenho pífio não é fruto de azar, mas a consequência lógica de um modelo tributário que desestimula a produtividade e a inovação, privilegia setores que se sustentam à base de subsídios e provoca a guerra fiscal entre os Estados.

É evidente que ajustes ao texto são possíveis e desejáveis, como o que o relator pretende acatar para deixar mais claro que não haverá aumento da carga tributária. Mas é chegada a hora de o País fazer uma escolha. Espera-se, portanto, que os deputados saibam o tamanho da responsabilidade que está em suas mãos. A aprovação da **reforma tributária** não será uma vitória de Lira ou do presidente Lula, mas de toda a sociedade brasileira.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187593?page=1§ion=1>

Arcabouço fiscal expôs atuação conjunta de presidente da Câmara e deputados do PT

DANIEL WETERMAN

Em maio deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva viu seu primeiro projeto ser aprovado na Câmara dos Deputados, o arcabouço fiscal. A votação foi liderada pessoalmente pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), que contou os votos até a aprovação. O empenho não foi somente para ajudar o governo. O texto foi encomendado sob medida pelo presidente da Câmara, que comandou inclusive a redação do relatório da proposta, apresentado pelo deputado Claudio Cajado (PP-BA).

O projeto reduziu a margem para Lula gastar, deixando as contas públicas a serviço das emendas parlamentares, que vão ocupar espaço recorde mesmo após o fim do orçamento secreto. Passada a votação e a aprovação do projeto, Lira fez questão de agradecer aos líderes petistas pela dedicação para que fosse chancelada a proposta, que desagradou à ala mais à esquerda do PT, incluindo a presidente nacional da legenda, deputada Gleisi Hoffmann (PR), e o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ).

José Guimarães (PT-CE) foi um dos chamados "petistas do Centrão" que articulou a aprovação do arcabouço fiscal conforme os interesses do presidente da Câmara. Ele também apoiou a aprovação da primeira medida provisória assinada por Lula - que levou ao esvaziamento dos ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas.

Na mesma semana, foi acusado nos bastidores de não ter feito nenhum esforço para barrar a aprovação do marco temporal, que limita a demarcação de terras indígenas, projeto de interesse direto de Lira e da bancada ruralista.

"CAMINHO".

No dia da votação do arcabouço fiscal na Câmara, o governo Lula liberou mais de R\$ 1 bilhão em emendas parlamentares para pagamento.

O Estadão flagrou deputados exigindo cargos e emendas em troca do apoio à pauta do Executivo.

Depois da votação, à meia-noite de uma terça-feira, outro petista comemorava a articulação e dava o tom de como, de acordo com ele, deve funcionar a relação

do governo com o Congresso se Lula quiser construir uma base de apoio. "O caminho está dado.

Agora mostramos que, se o governo quiser, ele consegue", afirmou o deputado Washington Quaquá (PT-RJ), um dos integrantes da direção nacional do partido e da ala alinhada a Lira. Quaquá nutre amizades com petistas e com vários deputados do bloco.

Ele é ainda coordenador da bancada fluminense na Câmara, composta majoritariamente por opositores de Lula. Um dos principais amigos no grupo é o deputado Eduardo Pazuello (PL-RJ), ex-ministro da Saúde de Bolsonaro, que rasga elogios para Quaquá nos corredores da Câmara.

REFORMA TRIBUTÁRIA.

Entre os petistas que receberam verba do orçamento secreto nos últimos anos está o deputado Reginaldo Lopes (MG), ex-líder do partido na Câmara, outro interlocutor de Lira na legenda de Lula. Lopes recebeu do presidente da Casa a missão de coordenar o grupo que elabora a **reforma tributária**. O petista já avisou que o texto vai corresponder aos interesses da Câmara, e não aos de Lula.

"Não vai ser a **reforma tributária** que o governo quer, mas a que o Congresso vai votar", disse Lopes, em março.

Outro que se aproximou de integrantes do Centrão foi o deputado Zé Neto (PT-BA). Ele passou a defender uma abertura maior de diálogo - leia-se cargos e emendas - para o grupo de Lira. Neto é assíduo nas reuniões da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, composta majoritariamente por deputados de PL, União Brasil e PP e que promove almoços às terças-feiras em Brasília.

Nesses encontros, Neto costuma brincar que, por ser do PT, parece um infiltrado, mas ressalta que procura buscar consensos e abandonar a velha polarização, criticando colegas do PT que se mantêm isolados.

"A gente virou governo, mas parece que não desencarnou", ironizou em uma das conversas.

*

"O caminho está dado. Agora mostramos que, se o governo quiser, ele consegue"

Washington Quaquá (PT-RJ) Deputado, sobre a liberação de R\$ 1 bi no dia da votação do arcabouço fiscal

"Não vai ser a **reforma tributária** que o governo quer, mas a que o Congresso vai votar"

Reginaldo Lopes (PT-MG) Deputado

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187593?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187593?page=1§ion=1)**

Após pressão de Tarcísio, relator deve rever órgão que centralizaria tributos

**MARIANA CARNEIRO ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA
I COLABOROU IANDER PORCELLA/BRASÍLIA I M.C. e
A.F./BRASÍLIA**

Após pressão do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), o relator da **reforma tributária** na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), cogita optar por uma solução intermediária para substituir o chamado Conselho Federativo. Previsto no relatório preliminar, o conselho seria responsável por centralizar, gerir e distribuir entre os Estados e os municípios a arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) -- que, com a reforma, vai substituir o ICMS (estadual) e o ISS (municipal).

O Estadão apurou que a equipe técnica que assessora o relator na Câmara e o Ministério da Fazenda estudam uma alternativa entre a ideia original do conselho e a proposta de criação de uma câmara de compensação apresentada pelo governador de São Paulo, nos moldes do instrumento hoje operado pelos bancos.

Um das ideias avaliadas neste momento por Ribeiro é haver uma "retenção" dos recursos arrecadados para dar garantir o ressarcimento do crédito do IBS às empresas e aos Estados.

A medida é uma resposta à ofensiva de Tarcísio, que é crítico à centralização da arrecadação do IBS. A iniciativa era relevante, segundo técnicos envolvidos nas negociações, por garantir o ressarcimento imediato dos **impostos** pagos ao longo da cadeia produtiva, a chamada "não cumulatividade plena" - um dos pilares da reforma, e que acaba com a tributação em cascata.

Tarcísio alegou, porém, que a centralização da arrecadação no Conselho Federativo provocaria uma perda de autonomia dos governadores e fez uma contraproposta. Como mostrou o Estadão, ele sugeriu que os Fiscos dos Estados produtores (onde são feitas as mercadorias) sejam responsáveis por arrecadar e repassar aos Estados de destino (onde bens e serviços são consumidos) o imposto que lhes é devido, mediados por uma câmara de compensação.

Os municípios seriam representados pelos Estados nessa câmara e receberiam o repasse.

Pela ideia de Tarcísio, a União seria a garantidora dessas transações entre os Estados, caso um ente não repasse o que é devido.

A alternativa na mesa de Ribeiro seria, portanto, um meio-termo entre a ideia original e a feita por São Paulo.

FUNDO.

Em outra frente para tentar mudar o texto do projeto de **reforma tributária**, o governador de São Paulo também quer mexer na divisão de recursos do Fundo de Desenvolvimento Social a ser bancado pela União - e que deve ser de, no mínimo, R\$ 40 bilhões. Ele propõe que a repartição seja feita de acordo com o número de atendidos pelo Bolsa Família. Nesse quesito, Minas Gerais apoia integralmente a posição paulista, assim como boa parte dos governadores do Sul e Sudeste.

O Conselho Nacional dos Secretários de Fazenda (Comsefaz) sugeriu que a divisão fosse feita segundo uma média ponderada em que se levaria em consideração diferentes critérios dos Estados, a exemplo do chamado "**PIB** invertido", no qual os Estados mais pobres recebem mais.

A administração paulista calculou que, por essa métrica, São Paulo receberia R\$ 262 milhões, em 2029 (início da projeção), e R\$ 1,3 bilhão em 2033, quando o fundo estaria funcionando a pleno vapor. Já pela fórmula que leva em conta os beneficiários do Bolsa Família, São Paulo passaria a receber R\$ 1,16 bilhão e R\$ 5,84 bilhões, respectivamente.

Em entrevista ontem, em São Paulo, o governador preferiu dizer que é a primeira vez que São Paulo se coloca a favor da reforma. "Nunca isso aconteceu", disse ele, ao fazer uma referência indireta ao histórico de tentativas frustradas de aprovação da proposta, em que o Estado sempre se colocou como contrário.

Apesar da ofensiva do governador, o coordenador da bancada paulista na Câmara, Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP), afirmou ao Estadão/ Broadcast que a posição dos parlamentares em relação à proposta vai depender mais da orientação dos partidos.

"Isso vai ficar com os partidos", afirmou Rodrigues, ao ser questionado sobre a possibilidade de a bancada paulista votar em conjunto na análise da reforma.

"Imagine o partido fechar questão (e os deputados seguirem outra orientação). Tem de aguardar os partidos."

Fiesp prepara movimento de apoio a texto na Câmara

Em contraponto às manifestações contrárias ao texto da **reforma tributária**, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) prepara um movimento de apoio à proposta.

A ideia surgiu após vários representantes do setor de serviços terem buscado apoio do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), para adiar a votação na Câmara - prevista para esta semana.

A Fiesp ainda está avaliando o melhor formato para conduzir o movimento de apoio diante do crescimento de manifestações contrárias à proposta, que cresceram após Tarcísio abrir o Palácio dos Bandeirantes (sede do governo estadual) para receber na sexta-feira passada os descontentes.

Entre os que cobram mais tempo para a votação da reforma, estão dirigentes de entidades como Abrava (refrigeração e ar condicionado), Aberc (refeição coletiva), SindHosp (hospitais) e ABT (Associação Brasileira de Telesserviços).

Os negociadores da reforma no Congresso avaliam que adiar a reforma para agosto, após o recesso parlamentar do meio do ano, traria risco para o calendário de aprovação do texto ainda este ano, já que a proposta tem de passar ainda pelo Senado - onde já se espera uma tramitação mais lenta.

"Nunca isso (o apoio de São Paulo a um projeto de **reforma tributária**) aconteceu" Tarcísio de Freitas Governador de São Paulo

"Imagine o partido fechar questão (e os deputados não seguirem). Tem de aguardar os partidos." Antonio Carlos Rodrigues Coordenador da bancada paulista na Câmara

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Poucos no País pagam todos os impostos e alguns, nada"

MÁRCIA DE CHIARA

ENTREVISTA: Sergio Zimmerman, Formado em administração pela Unip, com cursos de extensão na Europa e nos EUA, empresário é o CEO da Petz

Sergio Zimmerman, fundador e CEO da Petz e membro do conselho do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), defende o combate a sonegação para ampliar a arrecadação tributária, sem aumentar imposto.

Participante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselhão, que reúne 250 membros da sociedade civil para orientar as políticas do governo, diz que o seu grupo vai se dedicar a formular propostas com foco na **reforma tributária** para reduzir a sonegação e colocar as empresas na mesma base de competição.

Na sua avaliação, a proposta não toca em temas importantes como imposto sobre o consumo.

Além disso, com o fim da figura da substituição tributária, que é o recolhimento de **impostos** na indústria, a sonegação que já é alta, deve crescer.

"A proposta de **reforma tributária** como está formulada será ruim para o País e para o varejo", afirma. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como membro do Conselhão, qual é o "conselho" que o senhor vai dar ao governo?

Houve a primeira reunião do Conselhão e agora estamos na fase de formação de grupos de trabalho sobre temas específicos.

Um tema do qual eu vou participar é o da **reforma tributária** e o combate à sonegação.

Entendemos que a arrecadação do governo tem de aumentar com base no aumento do número de contribuintes, sem nenhum tipo de aumento de imposto. É um trabalho bastante forte de combater a sonegação fiscal em diversos setores e encontrar fórmulas inteligentes de colocar todo mundo sobre a mesma régua.

Como assim?

Os **impostos** que têm aí são mais do que suficientes. O que acontece é que poucos acabam recolhendo todos os **impostos** e alguns não recolhem nada ou uma parte só. Isso sobrecarrega quem recolhe tudo. Queremos contribuir com sugestões para que os demais contribuintes possam recolher de maneira correta.

Como a questão tributária e a sonegação impactam a atividade do varejo?

Impactam muito. No caso dos **impostos** sobre as vendas, PIS, Cofins e ICMS, o varejo não paga nada. Quem paga esse imposto é a sociedade. O varejo só cobra e põe no preço: recolhe do consumidor e repassa para o governo. Esse é o primeiro aspecto para ser pensado na **reforma tributária**.

Mostrar que os **impostos** sobre consumo afetam sobretudo os **mais pobres**. No fator sonegação, acontece o seguinte.

Algumas empresas de varejo como a nossa e as demais, especialmente do IDV (Instituto para o Desenvolvimento do Varejo), colocam no preço o imposto, recolhem do consumidor e repassam para o governo, conforme a lei. Tem outras que, às vezes, cobram o imposto do consumidor e não repassam o para o governo.

Há aquelas que não cobram do consumidor o imposto e evidentemente não repassam para o governo. Ao não cobrar o imposto do consumidor, essas empresas vendem mais barato os produtos. Isso é concorrência desleal com quem está cumprindo a lei. Você não pode ter empresas que cumprem a lei, recolhem todos os **impostos** e outras que decidem não recolher.

Qual é o impacto da redução da sonegação?

O impacto é extremamente significativo, porque aumenta a base de contribuintes. Com isso, haverá condições para diminuirmos a tributação sobre consumo e nos aproximarmos de países desenvolvidos, que têm um imposto menor sobre consumo em relação ao Brasil.

Aqui, em média, o imposto sobre consumo é 50% do preço.

Nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a média é 20%. O que estamos lutando é justamente para que o Brasil tribute o consumo de uma maneira mais adequada.

A proposta de **reforma tributária** está levando em conta esses aspectos?

Não, muito pelo contrário. Está mantendo as alíquotas e piorando o ambiente competitivo, porque acaba com a substituição tributária.

O que é a substituição tributária?

Em alguns setores, o governo cobra o imposto direto da indústria para evitar a sonegação no varejo. E a proposta de **reforma tributária** acaba com essa figura, o que deve piorar o ambiente de sonegação. Por isso, temos ressalvas em relação à reforma proposta. Consideramos que ela será ruim para o País e ruim para o varejo.

"Aqui (no Brasil), em média, o imposto sobre consumo é 50% do preço. Nos países da OCDE, é 20%." Sergio Zimerman Presidente da Petz

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Appy nega aumento da carga para cesta básica

I FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA

O secretário extraordinário da reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, rabateu ontem estudo da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) de aumento de 60% da carga tributária que incide sobre os produtos da cesta básica com a aprovação do texto da reforma em negociação na Câmara. "Não vai acontecer", disse ele, sobre a projeção dos varejistas. "Não tem aumento de tributação da cesta básica, quero deixar claro." Hoje, os produtos da cesta básica são isentos de tributos federais, como o PIS/Cofins.

Na cobrança de impostos estaduais (ICMS), cada Estado tem a sua alíquota. Alguns produtos são isentos e outros têm uma alíquota geralmente em torno de 7% - a proposta fala em alíquota geral de 12,5%. Em São Paulo, por exemplo, carnes pagam 4,5% de ICMS e açúcar, 7%. Já itens como arroz, feijão e hortifruti são isentos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Não é mais possível manter a guerra fiscal"

CÁSSIA ALMEIDA

Melina Rocha / PESQUISADORA Consultora internacional e coordenadora executiva do grupo de trabalho sobre o tema do Núcleo de Estudos Fiscais da FGV Direito SP diz que resistência à mudança na tributação é restrita a grandes capitais

A **Reforma Tributária**, que entra numa semana decisiva na Câmara dos Deputados, tem tudo para ser aprovada, apesar da rejeição de setores da economia, como serviços e agropecuária, e de governadores e prefeitos, afirma a pesquisadora da FGV Melina Rocha. Ela tem se debruçado sobre o tema para apresentar estudos que mostram os ganhos com a unificação dos **impostos** sobre consumo. Teve discussões acaloradas na defesa da reforma no Twitter, como com o economista Felipe Salto, que chegou a classificar o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) de monstro. A pesquisadora avalia que 90% dos prefeitos e governadores estão apoiando o novo sistema. Com Melina, O GLOBO encerra a série de entrevistas sobre a **Reforma Tributária**.

O governo tem falado que a **Reforma Tributária** vai ser neutra em termos de carga tributária, a quase totalidade dos municípios será beneficiada, e o ganho de produtividade e o crescimento econômico vão compensar as perdas. Os críticos dizem que não é possível ter uma reforma dessa proporção sem perdas. É possível ter tantos ganhadores?

A primeira coisa é a simplificação que a reforma vai trazer sem ter uma legislação diferente em cada estado, com um ISS de cada município. Acaba com a complexidade tributária, diminuem a insegurança jurídica e o custo de compliance causados principalmente pela fragmentação das bases dos **impostos** sobre consumo.

Só ter um ou dois **tributos**, harmonizados, já diminui exponencialmente o custo das empresas. Elas vão ter custo reduzido, vão melhorar o ambiente de negócios, investimento e competitividade entre empresas, sem os benefícios fiscais. A reforma vai ter impacto positivo na economia; se vai aumentar em 10%, 20% ou mais o **PIB** (Produto Interno Bruto), só vamos saber com a implementação da reforma, mas que vai ter um aumento do **PIB** é certo. Entre 193 países, 174 têm IVA (Imposto sobre Valor Agregado, que na reforma vai unificar os **impostos** federais IPI, PIS e Cofins, o estadual ICMS e o municipal ISS).

Mas o setor de serviços reclama que terá forte aumento de carga tributária...

Eles falam que a reforma vai prejudicar 70% da economia (peso dos serviços no **PIB**), mas boa parte de administração pública entra como serviço e não é tributada, não vai ser afetada. Boa parte dos serviços que são prestados no meio da cadeia, para empresas que são contribuintes no IVA, vai ser beneficiada. Quando prestam serviço para outras empresas, essas empresas estão pagando 5% de ISS que não podem recuperar.

Com a reforma, o IVA vai virar crédito. Por isso, o custo desse serviço vai diminuir.

Hoje, o setor não tem crédito de nada, nem de energia elétrica, internet, nada. O prestador no meio da cadeia vai ser beneficiado. Pequena parcela de serviços que presta para o consumidor final pode ter algum impacto, mas a maior parte dos prestadores para consumidor final, 90%, estão no Simples e no MEI. Somente 13,7% que prestam serviço para consumidor poderiam ser potencialmente impactados, por atenderem uma camada de renda que tem condições de pagar.

Está havendo resistência de prefeitos e governadores, que temem perda de autonomia. A reforma consegue passar?

O IVA dual (um para os **impostos** federais e outro para os subnacionais) é muito bom, nenhum estado ficará sujeito à União. A CBS (que unificará IPI, PIS e Cofins) terá administração separada. Estados e municípios não perdem autonomia.

O IBS (que unirá ICMS e ISS) repartido entre estados e municípios não fere autonomia. Estados vão ter uma gestão compartilhada e poderão regular as alíquotas, de forma harmonizada, como acontece na Índia e no Canadá: é uma só legislação, e cada estado e cidade fixa a alíquota que bem entender. Mas não é mais possível manter a guerra fiscal. Com o princípio do destino (recolher imposto onde o produto ou serviço foi consumido e não onde foi produzido, como é hoje) não está se ferindo o pacto federativo.

Mas os estados questionam a centralização e o controle da distribuição dos recursos. Isso não tira autonomia dos governadores? Ronaldo Caiado (GO) chegou a dizer que não queria ficar recebendo "mesada".

Apenas uma minoria de governadores coloca essa resistência.

A maior parte apoia o conselho federativo, com administração compartilhada e integrada do IBS. Estados e municípios, reunidos, vão determinar conjuntamente o regulamento, a interpretação única para que haja uma maior segurança jurídica para os próprios entes federativos, evitando conflito e guerra fiscal. Na verdade, os estados nunca tiveram autonomia de conceder benefício fiscal. Os benefícios, num contexto de guerra fiscal, eram concedidos ilegalmente.

Sem ter a unanimidade do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), esses benefícios sempre foram ilegais. Goiás fala que não vai mais poder dar benefício para atrair investimentos, mas nunca pôde, na verdade. Não perde a autonomia porque nunca teve essa autonomia. O que pouco se fala é que só o conselho vai garantir que o contribuinte tenha a devolução do crédito tributário a que tem direito de forma rápida e eficiente. Se for como alguns estados estão propondo (como São Paulo), de os estados repassarem os créditos, isso sim pode causar conflito, e o contribuinte, ter dificuldade para ter esse crédito, como acontece hoje.

Teme que a reforma seja desidratada no Congresso diante de tantas resistências?

Quais são os maiores riscos?

O governo federal, até por criar uma secretaria (extraordinária da **Reforma Tributária**), mostra apoio, e o Fundo de Desenvolvimento Regional vai ter a participação da União, diferentemente do governo anterior, que não aceitava injetar recursos no fundo. A maior parte dos estados e municípios está apoiando. Há rejeição das capitais que ganham muito com ISS (que vai ser unificado com o ICMS), mas 90% são favoráveis à reforma. Além disso, Câmara e Senado parecem estar em acordo de que a reforma é prioritária. Muito debate foi feito desde 2019, várias audiências públicas, muita análise e estudos sobre as consequências da reforma, como nunca tivemos antes. O debate está amadurecido, com parte da população, dos especialistas, dos políticos, com grau de conhecimento muito grande.

Não tinha visto ainda essa conjunção de fatores a favor da reforma.

Mas há muita pressão...

O relator está segurando essas demandas. Politicamente é muito difícil, há muitas empresas que se beneficiam do atual sistema e querem manter o

benefício. É normal. Faz parte do jogo político, mas é preciso ter consciência da consequência de introduzir mais benefícios, que é aumentar a carga para outros serviços e setores.

No projeto, a carga tributária tem que ser mantida a mesma. Se diminuir a alíquota para certos setores, vai ter de aumentar para outros. A reforma veio exatamente para acabar com essa diferença. Tomara que nossos políticos não ouçam essas demandas e que tenhamos o mínimo de benefícios possível.

*

"Os benefícios fiscais num contexto de guerra fiscal eram concedidos ilegalmente. Sem ter a unanimidade do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), esses benefícios sempre foram ilegais"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lira não fecha votação, mas garante "força total"

Apesar de reconhecer que não há uma data fechada para a apreciação da **reforma tributária**, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), reforçou nessa segunda-feira que espera que a proposta avance no plenário da Casa até o fim desta semana. O alagoano destacou, inclusive, os esforços para construir um ambiente mais favorável para a análise do projeto. Uma das iniciativas foi a decisão da Mesa Diretora para que as comissões não realizem reuniões nesta semana, com o objetivo de garantir "força total" nos trabalhos do plenário.

"Não temos ainda a data. Tanto que chamamos sessão de hoje [segunda- feira] até sexta. Precisamos primeiro ter um resultado de placar dos partidos, de como bancadas estão. Importante que as bancadas façam discussão, que governadores venham a Brasília", disse Lira a jornalistas. "A gente só precisa ter tempo. Sessões convocadas de hoje até sexta. De hoje até sexta espero que a gente tenha êxito em todas as matérias", completou.

Considerada uma semana decisiva pelo governo e pela cúpula do Congresso, os próximos dias devem ser, nas palavras de interlocutores de Lira, de esforço concentrado para destravar a pauta econômica antes de os parlamentares entrarem em férias. Na visão de autoridades do governo, essas votações devem influenciar diretamente nas expectativas do mercado, na melhoria do ambiente de negócios e pavimentar o caminho para que o Comitê de Política Monetária (Copom) comece de fato a reduzir a taxa de juros a partir de agosto.

Entre as iniciativas para garantir um quórum consistente, Lira fez uma reunião de líderes no domingo e convocou sessão para essa segunda.

Ainda que o presidente da Câmara evite dar uma data fechada para a votação da reforma, interlocutores do governo dizem que a meta é, pelo menos, aprovar o texto em primeiro turno nesta semana.

Paralelamente, setores econômicos, governadores e prefeitos têm feito diversas articulações de bastidor para alterar o parecer apresentado pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

"Espero que o clima continue no sentido de ver um projeto de interesse do país, não de governo, para que

não vire batalha entre governo e oposição. O relator está se debruçando sobre qualquer sugestão que vise a contribuir para um texto que vá no espírito de desburocratizar e dar segurança jurídica. É uma matéria muito delicada. Se fosse fácil já estaria votada", afirmou Lira.

Conforme publicou o Valor, uma reunião dos três governadores do Sul os quatro do Sudeste e o do Mato Grosso do Sul já está convocada com as bancadas estaduais para hoje, às 19h30, num hotel de Brasília. Eles divergem dos demais governadores sobre a composição do Conselho Federativo e da gestão do IVA, além de temerem perda de receita.

Há resistências, também, entre os prefeitos das capitais e grandes cidades. Eles também alegam que perderão autonomia para arrecadar.

A Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) promoverá um protesto na Câmara dos Deputados contra a proposta. Os prefeitos do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), e de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), devem participar da mobilização, de acordo com a entidade.

O vice-presidente Geraldo Alckmin, afirmou que não enxerga "problema" na criação do Conselho Federativo. "Você vai estabelecer por lei o critério [para as transferências para os Estados]", disse em entrevista ao Grupo Bandeirantes.

Ele lembrou que existe "discussão sobre origem e destino" da tributação, com a **reforma tributária** propondo que o imposto seja cobrado no destino e não na origem.

Segundo o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, o parecer de Ribeiro "avançou muito na construção de um texto que viabilize" as mudanças. "Esta vai ser uma semana de negociações", disse na instalação da Comissão Temática de Assuntos Econômicos do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o Conselhão.

No Senado, o principal destaque é a análise das indicações feitas pelo governo para as diretorias do Banco Central: Gabriel Galípolo para a diretoria de política monetária e Aílton Aquino para a área de

fiscalização. Eles deverão chegar ao Banco Central em meio às perspectivas de o Copom iniciar uma sequência de cortes na Selic.

O governo acredita que melhorou o ambiente no Congresso para levar essa intensa pauta adiante. Para sacramentá-lo, deputados e senadores devem abrir um espaço na agenda para outro compromisso: a troca de comando do Ministério do Turismo, o que tende a melhorar as relações do Executivo com o Centrão.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187593?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187593?page=1§ion=1)**

Prioridade do Mercosul é acordo com União Europeia (Editorial)

A conclusão do Acordo Mercosul- União Europeia é uma das prioridades do Brasil. Estima-se que cerca de 95% de todos os bens industriais terão o imposto de importação zerado em até 10 anos ao entrarem na União Europeia.

Quase três mil terão esse benefício já na entrada em vigor do acordo, ou seja, quase metade dos produtos. Isso ajudará a reverter a curva de desindustrialização do país, o maior problema estrutural da nossa economia, e será um fator decisivo para a recuperação da produtividade de nossa indústria e da complexidade de nossa balança comercial.

Superar as dificuldades para assinatura do acordo será o maior desafio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que assumirá a presidência temporária do Mercosul nesta 62ª

Cúpula de seus chefes de estado, hoje, em Puerto Iguazú, cidade da tríplice fronteira formada ainda por Foz do Iguaçu e as cidades paraguaias de Ciudad del Este, Presidente Franco e Hernandarias. Também participarão da cúpula os presidentes Alberto Fernández (Argentina), Mario Abdo Benítez (Paraguai) e Luis Alberto Lacalle Pou (Uruguai).

A agenda do Mercosul é extensa: integração fronteiriça, acordos bilaterais, circulação de bens e serviços e de trabalho nas três fronteiras, fiscalização **aduaneira**, campanhas de divulgação do destino unificado, campanhas e serviços de saúde pública, entre outras questões.

Mas o grande desafio é superar as barreiras criadas para o acordo com a União Europeia, a maior delas relativa à proposta de condicioná-lo aos prazos relativos à questão ambiental, entre os quais está a meta de zerar o desmatamento da Amazônia, compromisso do Brasil. Uma coisa não exclui a outra, mas o retardamento do acordo atrapalha mais do que ajuda a manter a floresta em pé.

O acordo do Mercosul com a União Europeia facilitará as trocas de bens e serviços de maior valor agregado. Além de promover uma zona de comércio livre e moderna, esse mercado de mais de 717 milhões de pessoas representará cerca de 20% da economia mundial e 31% das exportações mundiais de bens.

O tratado também estabelecerá regras ambientais de alto padrão e compromissos de ação climática, exequíveis.

A reabertura de todo o processo de negociação pela União Europeia, depois de duas décadas de discussão, seria um retrocesso. Concluído em princípio em 2019, o acordo celebra compromissos comerciais equilibrados, para impulsionar a integração competitiva entre os dois blocos. Essa questão é crucial para o Brasil, porque a concentração da pauta comercial brasileira nas commodities é negativa.

Em termos geopolíticos, o acordo fortalecerá o multilateralismo e mitiga a armadilha da guerra comercial entre a China e os Estados Unidos, nossos dois principais parceiros comerciais.

Fomentará a abertura de novos mercados para exportações e tornará mais acessível o acesso a insumos produtivos.

Também aprofundará a cooperação em áreas estratégicas, como sustentabilidade, energia, segurança, PMEs e outras. O ideal é fechar o acordo ainda neste ano, tendo em vista que a eleição do Parlamento Europeu estará no centro das atenções da UE no primeiro semestre de 2024.

No âmbito da integração regional, a reunião de Cúpula pode avançar na integração entre as cidades de fronteira nas áreas de saúde e segurança pública, a exemplo pelo do acordo bilateral assinado com o Paraguai em 2017, que precisa ser regulamentado.

Outro aspecto é a delimitação de uma região trinacional nas fronteiras da Argentina, Brasil e Paraguai, para facilitar a circulação de pessoas e o comércio na região, com a formação de um grande hub logístico para todo o Mercosul, o que obviamente não depende da União Europeia, somente dos integrantes do próprio bloco regional.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/04/all.pdf>

Crescimento econômico nunca foi tão essencial - LUIZ SCHYMURA

LUIZ SCHYMURA

Ao analisar o novo arcabouço fiscal que tramita hoje no Congresso Nacional, está clara a intenção de, através do uso do incremento na arrecadação do governo, atingir conjuntamente o equilíbrio fiscal e o patrocínio de políticas públicas. Grosso modo, aprovada a nova regra, as despesas públicas poderiam sofrer elevação de até 70% do percentual do aumento da receita governamental. Com isso, sem comprometer a solidez fiscal, seria possível atender algumas das demandas reprimidas em áreas como investimento em infraestrutura física e social, programas de transferência de renda etc.

É notório, por seu turno, que o aumento da arrecadação via criação ou majoração de **tributos** está fora de questão. Por isso, a parte mais expressiva do impulso arrecadatório do governo virá, necessariamente, do crescimento da economia. Desse modo, um desempenho mais favorável do **PIB** é peça-chave para o cumprimento dos compromissos fiscais, e, por conseguinte, para o bom andamento das contas do setor público. É crescer ou crescer!

Sob esse prisma, a previsibilidade do crescimento da economia é condição indispensável para que o governo de plantão possa se planejar. Ainda mais em um contexto no qual tanto a âncora fiscal quanto as políticas públicas estão amplamente dependentes do comportamento do **PIB**.

No entanto, ao analisar as projeções apresentadas pelos especialistas ao longo dos anos que sucederam o período recessivo de 2015-16, é possível constatar a dificuldade em antecipar o comportamento do **PIB** no decorrer de cada um dos anos sob análise.

Vamos às evidências. No começo do ano de 2017, a expectativa de crescimento do **PIB** era de 0,5%, e o resultado surpreendeu favoravelmente com 1,3%. Já em 2018 houve frustração: existia o entendimento de que a elevação seria de 2,7%, e o resultado aferido foi de 1,8%. Em 2019, nova decepção. Os analistas previam alta de 2,5%, e, de fato, a expansão atingiu apenas 1,2%.

Devido à pandemia, o ano de 2020 foi atípico. Por isso, é considerada a avaliação dos analistas em junho de 2020, quando o efeito econômico da pandemia já

podia ser aquilatado.

A projeção média era de queda do **PIB** de 6,5 %, mas o recuo foi menos intenso, de 3,3%. No início de 2021, a expectativa era de crescimento de 3,4%, e, no fim das contas, foi registrada alta ainda mais expressiva de 5%. Em 2022, o pessimismo levou à projeção inicial de elevação do **PIB** a píffio 0,3%, e o crescimento verificado fechou em notáveis 2,9%. O mesmo enredo parece se repetir este ano: de uma projeção mediana em janeiro de subida de apenas 0,8%, já se considera hoje que o crescimento será superior a 2%. Não à toa, o humor dos agentes econômicos tem melhorado.

Como se vê, a dificuldade em antever o comportamento do **PIB** ao longo de cada ano tem sido um grande desafio para os especialistas. Se para o curto-prazo já está difícil inferir o desempenho do **PIB**, imagine para médio e longo prazo?

Diante de um contexto de construção de cenários de **PIB** tão intrincado, muitos colegas têm se debruçado no levantamento de hipóteses e em estudos empíricos na busca por explicações. Grosso modo, existem hoje duas leituras concorrentes que tentam justificar a causa das dificuldades que os técnicos têm enfrentado para antever em suas projeções o movimento do **PIB** ao longo do ano.

A primeira aponta as ditas reformas econômicas como importantes responsáveis pelas surpresas positivas no **PIB**. De acordo com essa corrente, a reforma da previdência, a reforma trabalhista, melhorias no mercado bancário e de crédito (reforçadas pela emergência das fintechs), novos marcos legais em setores de infraestrutura, entre outras, teriam começado a apresentar suas contribuições para o crescimento do **PIB**. Na verdade, segundo essa visão, parte expressiva do **PIB** inesperadamente tão favorável nos últimos três anos deveria ser creditada a essas reformas econômicas.

Na outra ponta, há aqueles que creem que a resposta está mais associada a questões conjunturais. Embora possam reconhecer a existência de avanços institucionais, também vislumbram retrocessos estruturais, como seriam os casos do tratamento dado aos precatórios, da piora na execução orçamentária e do "sucateamento" das grandes empreiteiras no período da Lava-Jato. Diante disso, os resultados do

PIB surpreenderam por outros motivos. Meu colega Bráulio Borges, por exemplo, que tem trazido contribuições importantes a respeito das consequências sobre o **PIB** de choques conjunturais exógenos, desenvolveu um estudo no qual aponta uma possível explicação: "na prática, a renda do setor de commodities surpreendeu e ajudou muito o **PIB** brasileiro nos últimos dois a três anos; este ano ainda vai ajudar, mas em 2024 vamos ter um impulso negativo de renda relevante associado a esse setor".

Naturalmente, é difícil ter uma resposta conclusiva sobre os fatores responsáveis a cada ano pelo descompasso entre o **PIB** projetado e o efetivamente ocorrido.

Por fim, a dificuldade em antecipar e computar, mesmo no curto-prazo, todas as variáveis que afetam o comportamento do **PIB**, combinada com a dependência das despesas públicas do desempenho da economia, torna a gestão das contas públicas um grande desafio. Por isso, é fundamental mirar o crescimento da economia. Como bem sugere Bráulio Borges, o crescimento do país virá por "sorte" ou por "mérito". Para que o Brasil não fique à mercê da "sorte" de um choque positivo de commodities, ou algo parecido, é fortemente recomendável que reformas estruturais econômicas sejam priorizadas. Segundo a percepção de alguns analistas, a simples aprovação, por exemplo, da **reforma tributária** poderá ocasionar um aumento quase imediato de até 1 ponto percentual no **PIB**, por conta dos investimentos que viriam em função da antecipação dos ganhos da reforma. Adicionalmente, por precaução, é importante que não sejam criadas políticas públicas que estabeleçam compromissos com gastos futuros expressivos. Afinal, se o crescimento não vier e os comprometimentos com gastos forem altos, estaremos em maus lençóis.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187593?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187593?page=1§ion=1)

Mercado aposta em inflação e juro menores

» **FERNANDA STRICKLAND**

Economistas do mercado financeiro reduziram, mais uma vez, as estimativas para a **inflação** deste ano e do próximo.

Segundo os dados do Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, ontem, a projeção para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023 passou de 5,06% para 4,98%.

Para 2024, a previsão também caiu, de 3,98% para 3,92%. Já para 2025, as perspectivas foram reduzidas de 3,80% para 3,60%. As projeções estão abaixo dos tetos das metas definidas pelo governo. É a primeira revisão das projeções após o Comitê de Política Monetária (Copom) afirmar que, se a **inflação** continuar caindo, há espaço para o início do corte da taxa básica de juros, a Selic em agosto.

Com as estimativas da **inflação** caindo, os analistas reduziram a projeção da Selic de 12,25% para 12% no fim de 2023.

A previsão para 2024 continuou em 9,5% e a de 2025 foi mantida em 9%. A de 2026 recuou de 8,75% para 8,63%.

Para Fabrício Gonçalves, CEO da Box Asset Management, a última reunião do Copom confirmou as expectativas do mercado.

"O primeiro Focus de 2023 já projetava a Selic em 12% no fim de 2023. Com a manutenção da taxa e as apostas atuais para as próximas reuniões, tudo indica que esse será o resumo da ópera", ponderou.

Segundo o especialista em crédito internacional Luciano Bravo, o próprio Banco Central prevê queda contínua do IPCA. "Se as projeções de **inflação** continuarem caindo, o BC deve sinalizar a retomada da queda dos juros", afirmou. Para o especialista, todos os dados apontam para a consolidação de uma queda tecnicamente garantida em agosto. "Mas como o próprio BC disse, os juros vão cair de maneira lenta, ou parcimoniosa, como disse o próprio Banco Central", acrescentou Bravo.

O Focus registrou ainda leve alta nas perspectivas de crescimento da economia brasileira. A mediana das previsões de alta do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023 subiu de 2,18% para 2,19%.

Para 2024, a projeção passou de 1,22% para 1,28%.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/04/all.pdf>

PAC que não é PAC (Editorial)

Com um misto de propaganda saudosista e necessidade real, o governo Luiz Inácio Lula da Silva rebatizou, relançou ou recauchutou programas que marcaram as administrações petistas, como Bolsa Família, Mais Médicos e Minha Casa, Minha Vida. Chegaria, obviamente, a vez do famigerado PAC.

Neste último caso, porém, o que se prepara parece algo diferente da experiência passada. A ministra Simone Tebet, do Planejamento, anunciou que haverá "um novo PAC, que não vai ser um PAC". Ou, mais precisamente, "uma política de investimentos, não só de investimentos públicos, mas também de parceria com a iniciativa privada".

Ainda que Tebet não tenha entrado em detalhes sobre a iniciativa, a história fornece boas pistas. Lançado em 2007, no segundo governo Lula, o Programa de Aceleração do Crescimento caracterizou uma fase de euforia econômica e aceleração, ainda maior, do gasto público -que anos depois levaria a um colapso orçamentário.

Tratava-se, basicamente, de uma lista de obras públicas de infraestrutura tidas como prioritárias e que poderiam ficar a salvo das regras de controle das despesas. O rol de empreendimentos, que aumentava a cada ano, serviu também para a campanha eleitoral de Dilma Rousseff (PT), "a mãe do PAC".

Num período de fartura de recursos, o programa contribuiu de fato para elevar o investimento público - aí considerados União, estados, municípios e empresas estatais- de 2,8% do **PIB** em 2007 para um pico de 4,7% em 2010.

Ficou muito longe, entretanto, das metas traçadas -e expôs ineficiências crônicas dessa modalidade de gasto do país, como burocracia, projetos falhos, atrasos e desvios. Sob Dilma, o prometido crescimento econômico minguou.

Hoje não há mais espaço no deficitário Orçamento federal para um programa grandioso de obras públicas.

A expansão do Bolsa Família, a valorização do salário mínimo, o reajuste dos vencimentos do funcionalismo e o avanço das emendas parlamentares reduziram ainda mais as verbas de livre uso.

As deficiências nacionais em infraestrutura, todavia, permanecem e demandam a ação do Estado.

Espuma publicitária à parte, o governo fará bem em definir investimentos prioritários, aperfeiçoar a gestão, estabelecer metas e divulgar periodicamente os resultados. Melhor, a declaração de Tebet indica o entendimento de que a participação privada será essencial.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50327>

Superávit da balança comercial no ano chega a US\$ 45,5 bi

A balança comercial brasileira teve superávit de US\$ 10,592 bilhões em junho, segundo divulgou a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) nesta segunda (3), com exportações de US\$ 30,094 bilhões e importações de US\$ 19,502 bilhões.

O saldo da balança comercial em 2023 foi atualizado para um superávit de US\$84,7 bilhões, ante o anterior de US\$ 84,1 bilhões.

O valor contrasta com a previsão de US\$ 54 bilhões calculada pelo Banco Central, conforme o último Relatório de **Inflação**. O subsecretário de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior, Herlon Alves Brandão, diz que a diferença ocorre em função das metodologias utilizadas.

"A gente mede bens com transposição de fronteiras, e o BC considera os bens com troca de propriedade", explicou Brandão.

Segundo ele, a Secex usa a metodologia da ONU, enquanto o BC está alinhado à metodologia do Fundo Monetário Internacional (FMI), que considera fatores como a importação de criptomoedas e de plataformas de petróleo.

Os dados da Secex mostraram que o saldo comercial no primeiro semestre de 2023 foi de US\$ 45,5 bilhões, 32,9% superior ao verificado no primeiro semestre do ano passado. O desempenho foi resultado de exportações de US\$ 166,2 bilhões, ante importações de US\$ 120,6 bilhões. Conforme Brandão, as exportações foram recorde para o período, de acordo com série histórica iniciada em 1989. A soja foi destaque da pauta, com exportações de US\$ 33,474 bilhões.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50327&maxTouch=0&anchor=6479735&pd=6bd7e86891d5ecd26b3ca1d46a117103>

Cotado para comandar o BC, Galípolo é descrito como "heterodoxo light"

Alexa Salomão

O que pensa Gabriel Galípolo sobre economia já era importante quando ocupava o cargo de secretário-executivo, o número 2, do Ministério da Fazenda. Mas, ao ser indicado para a Diretoria de Política Monetária do BC (Banco Central), cotado até para ser o presidente da autarquia após o fim do mandato de Roberto Campos Neto, a compreensão sobre seu norte na área se tornou alvo ainda maior de especulações.

Integrantes da cúpula do governo têm afirmado que Campos Neto quer levar o Brasil à recessão para baixar a **inflação**, e Galípolo vai reverter essa estratégia. O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) confia nisso. No Banco Central, a crença é que ele ajudará o governo a entender a importância de juros altos até a **inflação** ceder. O próprio diz que vai promover a "harmonização entre política fiscal e monetária"

Galípolo deve ser sabatinado pelo Senado nesta terça-feira (4), ao lado de Ailton Santos, indicado para comandar a área de fiscalização do BC.

O economista Luiz Fernando Figueiredo diz que a função do diretor de Política Monetária, cargo que ocupou de 1999 a 2003, é focar o que acontece no mercado financeiro aqui e no mundo para dar um norte ao Banco Central.

Entre suas tarefas estão a gestão das reservas internacionais e cuidar da mesa de câmbio, que faz intervenção no mercado à vista. Ele também é responsável pelo sistema Selic e por garantir que o juro fique na taxa definida, além de auxiliar o Tesouro Nacional nos leilões de títulos.

"É importante nesse posto ter experiência em mesa de operação, mas claro que tudo pode ser aprendido. Já tivemos diretores que não tinham trabalhado na mesa e aprenderam ali no BC", afirma Figueiredo não conhece Galípolo, mas por experiência acredita que, no fim, ele terá um alinhamento com o Copom (Comitê de Política Monetária). "Sempre acho que cabeças complementares funcionam melhor do que todo o mundo pensando igual, e hoje há cabeças complementares no Copom. Mas do ponto de vista técnico é muito difícil discordar do que eles estão

fazendo", afirma Figueiredo.

"Acho que, à medida que ele entre em contato com a bagagem técnica do Banco Central, é grande a tendência de convergência com o pensamento dos demais."

Procurados, Galípolo e o Ministério da Fazenda não responderam à Folha.

O economista compartilhou suas visões em diferentes entrevistas concedidas antes de entrar no governo. O histórico dessas aparições mostra que ele costuma debater temas controversos entre duas vertentes econômicas.

De um lado, os ortodoxos, economistas alinhados ao mainstream, o pensamento dominante, normalmente baseados em modelos estatísticos; do outro, os heterodoxos, que propõem uma visão mais empírica e socioeconômica dos fenômenos -com Galípolo mais alinhado ao segundo grupo.

Recentemente, uma de suas lives foi resgatada e publicada no Twitter pelo economista Alexandre Schwartsman. No trecho, o jornalista Luiz Nassif lembra que o presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, havia demitido o presidente do BC logo após a instituição elevar os juros e pergunta se o gesto teria potencial de "efeito demonstração" para o Brasil.

Era março de 2021, o BC do Brasil acabara de iniciar o ciclo de elevação da taxa básica de juros, da mínima histórica de 2% para 2,75%. O citado era o terceiro presidente de BC turco demitido por desagradar a Erdogan, um auto -crata de direita.

Galípolo não discute a demissão, mas desenvolve a ideia de que o presidente turco tinha razão num ponto: a elevação dos juros em uma economia atingida por crises e recessões, no meio da pandemia, não combatia, mas aumentava a **inflação**. Schwartsman qualifica como temerária a declaração.

"O motivo da publicação foi chamara atenção para as ideias exóticas, para dizer o mínimo, do Galípolo, a saber, que juro mais alto eleva a **inflação**", disse ele à Folha.

"Não casta lembrar que as mesmas ideias que ele

defende na conversa com o Nassif foram testadas na Turquia e levaram a **inflação** para perto de 90%, agora mais na casa de 55%. Quem não estiver minimamente preocupado com isso está perigosamente alienado."

Nassif discorda. "Galípolo participou de diversas lives e mostrou um conhecimento amplo, que vai muito além do mercado. Discutiu lógica com Newton da Costa, impressionou André Lara Resende com seu conhecimento de política monetária, além do domínio sobre operações de mercado e PPPs [parcerias público-privadas]", afirmou à reportagem.

"Como diretor de Política Monetária, certamente o BC terá papel mais ativo no câmbio e no mercado de taxas de juros longas."

Galípolo circula bem entre empresários e executivos do mercado financeiro. Economistas ditos tradicionais dizem que ele é um heterodoxo light, um representante mais moderno da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) -referência entre os centros acadêmicos à esquerda.

Ele, porém, tem graduação e mestrado em ciências econômicas pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). A instituição não é referência no debate, mas é vista como porta de entrada para a vida acadêmica dos jovens economistas heterodoxos - e ele lecionou na graduação por seis anos.

A associação dele com a Unicamp talvez venha de suas percepções próximas ao chamado desenvolvimentismo, teoria econômica que defende o potencial do mercado interno para o crescimento dos países, inclusive com o uso de tarifa para inibir importações.

Em março de 2017, em um encontro com economistas no Bar do Alemão, em Moema (SP), discutiu a globalização e seus efeitos negativos para a indústria nacional.

"Acho que é momento -pode ser uma coisa saudosista, mas eu me sinto à vontade para falar isso- de a gente tentar resgatar o discurso furtadiano de endogeneização de polo dinâmico", afirmou.

Traduzindo do economês, defendeu o desenvolvimento endógeno. Essa teoria prega, em síntese, o uso de recursos locais, valorização da mão de obra e adoção de novas tecnologias para a criação de riqueza e melhoria do bem-estar social. Entre os seus motores, estão incentivos e subsídios públicos a empresas privadas.

No mesmo evento, afirmou não haver uma correlação

entre taxa de juros e problemas fiscais, mas que pressupor essa relação havia se tornado um dogma no Brasil.

"Você pode fazer uma lista de 5, 10, 20... Quantos países quiser, que vai encontrar diversos países com dívida pública em relação ao **PIB** [Produto Interno Bruto] muito mais alta que a nossa e com taxas de juros muito menores que as nossas", afirmou. "Ou seja, a taxa de juros não guarda uma correlação com a questão fiscal e esses chamados fundamentos macroeconômicos."

A relação entre câmbio e **inflação** foi outra vertente do tema que abordou, desta vez em entrevista ao jornalista Sérgio Lírio, da revista Carta Capital, em novembro de 2021.

"Faz 30 anos que a gente tem um único remédio para combater desvalorização cambial, que gera processo inflacionário. Agente sobe a taxa de juros, olhando para política norte-americana e política cambial, à revelia da situação do emprego e da renda do país", afirmou ele.

Essa entrevista teve um diferencial. Contou com a participação do economista Luiz Gonzaga Belluzzo, apontado como mentor de Galípolo. Escreveram três livros juntos. Belluzzo nega o apadrinhamento, mas tem alta estima por Galípolo -que, contou à Folha, conheceu quando tinha 18 anos.

"Compartilhamos defeitos humanos, a curiosidade e a dúvida. Nós sempre nos colocamos em dúvida, para saber se aquilo que a gente está estudando ou observando corresponde ao que a gente imagina estar vendo", disse Belluzzo.

"Gabriel é uma pessoa muito ampla. Fico assustado com a precariedade intelectual do que escrevem sobre ele."

Em uma conversa que Galípolo teve com os economistas Paulo Gala e José Mareio Rego, em agosto de 2021, ele discute como o mercado financeiro opera com a informação, usando a analogia do cassino.

"Quando você joga num cassino, e todo o mundo coloca a pedrinha em um número, aquilo não muda a probabilidade de o número acontecer. Mas, na economia, as apostas são os próprios resultados. Se todo o mundo apostar em um número, vai dar aquele número", afirmou Galípolo.

"É muito mais um jogo de manipulação da opinião pública, de terceiros. Como diz [o economista Maynard] Keynes, eu estou tentando prever a opinião

média, se eu convencer a opinião média do que vai ser, eu vou me dar bem. É um processo de você controlar a informação, tentando manipular e produzir informação a seu favor", afirmou o indicado ao BC.

Para Gala, o BC sai ganhando com a indicação dele. "Galípolo é um dos economistas mais brilhantes de nossa geração", afirmou à Folha.

Ainda é difícil prever, no entanto, como essas posições intelectuais poderão definir as ações de Galípolo em meio à polarização entre política fiscal e econômica - como demonstra o clima em Brasília.

u

Acho que, à medida que ele entre em contato com a bagagem técnica do Banco Central, é grande a tendência de convergência com o pensamento dos demais

Luiz Fernando Figueiredo economista, sobre a indicação de Gabriel Galípolo para a Diretoria de Política Monetária do BC

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50327&maxTouch=0&anchor=6479735&pd=6bd7e86891d5ecd26b3ca1d46a117103>

Ministério da Fazenda deve elevar previsão do PIB do ano para 2,5% a 3%

**FERNANDA TRISOTTO BRASÍLIA | COLABOROU
EDUARDO RODRIGUES/BRASÍLIA | AMANDA
PUPO/BRASÍLIA**

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, disse ontem que a pasta está revisando os cenários de crescimento e que a estimativa para a variação do **PIB** em 2023 deve ficar agora entre 2,5% e 3% em 2023.

Ele representou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na reunião de instalação da comissão temática de assuntos econômicos do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável (mais conhecido como "Conselhão").

"Nossa previsão inicial era de 2%, enquanto mercado esperava menos de 1%. Mas esse cenário será revisado para cima.

Estamos mais próximos da realidade de crescimento de 2,5% a 3% neste ano", afirmou o secretário.

O Boletim Focus (uma compilação feita pelo Banco Central das projeções de economistas de bancos e consultorias) também divulgado ontem voltou a mostrar aumento na estimativa de crescimento econômico para este ano, mas desta vez de forma marginal. A mediana para a alta do **PIB** em 2023 subiu de 2,18% para 2,19%, ante 1,68% há um mês.

Mello trabalha com a revisão das expectativas nas próximas semanas no Focus. Aos integrantes do Conselhão, o secretário afirmou que o cenário econômico melhorou, com **inflação** e juros de longo prazo em queda, enquanto a taxa de câmbio estaria mais próxima do equilíbrio.

Segundo ele, isso vai incentivar a retomada dos investimentos.

O secretário disse que essa melhoria no cenário é importante para "a harmonização" da política macroeconômica. "Estamos fazendo um trabalho muito duro no fiscal", disse ele, citando ações de reconstrução da base fiscal, o novo arcabouço e mudanças microeconômicas, como o marco das garantias.

Na avaliação de Mello, essas ações, em conjunto com

a mudança no sistema de meta de **inflação** - de anual para contínuo, sacramentado na semana passada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - vão colaborar para "harmonizar" as políticas fiscal e monetária, o que se refletirá na taxa de juros. O governo tem feito pressão sobre o BC para o início de um ciclo de corte da Selic - mantida em 13,75% ao ano desde agosto do ano passado.

"CUSTO ADEQUADO".

Apesar dessas críticas do governo, o diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do BC, Maurício Moura, afirmou que a surpresa positiva do desempenho do **PIB** no começo do ano mostraria que o enfrentamento à **inflação** está ocorrendo com o menor custo para a economia.

"O processo de combate à **inflação** tende a ter repercussão na economia. Mas as amostras de que o **PIB** está crescendo e a **inflação** está caindo mostram que estamos indo no caminho certo, com custo adequado, sem penalizar a economia", afirmou ele, em participação na LiveBC, realizada semanalmente pela autarquia.

Embora a Selic esteja estacionada há sete reuniões consecutivas do Comitê de Política Monetária (Copom), Moura destacou que os juros futuros já estão caindo, melhorando as condições para os tomadores que buscam recursos para fazer investimentos.

Governo revisa para cima estimativas para a balança comercial

A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) revisou ontem as previsões dos números da balança comercial de 2023 para cima. Agora, a expectativa é de que as exportações fechem em US\$ 330 bilhões - queda de 1,2% em relação a 2022. A previsão inicial, de abril, previa exportações de US\$ 324,7 bilhões.

Com isso, a estimativa para o superávit comercial (diferença entre as exportações e as importações) foi revisada de US\$ 84,1 bilhões para US\$ 84,7 bilhões - aumento de 37,7% ante 2022.

Nas importações, o dado também foi ajustado, de US\$

240,5 bilhões para US\$ 245,2 bilhões - menos 10% em relação ao ano passado. "Houve aumento de cerca de US\$ 5 bilhões em importação e também em exportação. As expectativas estão em linha", disse o subsecretário de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior, Herlon Brandão, na apresentação dos dados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado já vê inflação abaixo de 5% e corte maior na Selic em 2023

VITOR DA COSTA E RENAN MONTEIRO

Os economistas do mercado já esperam uma inflação abaixo de 5% no fim deste ano e passaram a prever cortes maiores na taxa básica de juros, a Selic. É o que mostra o Boletim Focus, divulgado semanalmente pelo Banco Central (BC). Ontem foi o primeiro relatório depois de o Conselho Monetário Nacional (CMN) manter a meta de inflação em 3%. O governo, por sua vez, vai rever suas projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, para até 3%.

No Focus, a expectativa para a inflação em 2023 caiu pela sétima semana consecutiva, de 5,06% para 4,98%. Já a previsão para 2024 recuou pela quinta semana seguida, de 4,98% para 3,92%. Para 2025, foi de 3,80% para 3,60%.

O centro da meta do BC é de 3,25% este ano e de 3% em 2024 e 2025, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima.

CMN AINDA TERÁ IMPACTO

Na semana passada, a Petrobras anunciou novo corte nos preços da gasolina, o que foi visto por especialistas como uma compensação para a reoneração dos combustíveis.

De qualquer forma, a inflação já vinha dando sinais de desaceleração.

-O movimento de arrefecimento inflacionário não é novo, e o mercado continua revisando suas projeções constantemente. Essas revisões constantes provocam o reajuste paulatino das expectativas, como temos visto nas últimas semanas - diz a economista-chefe da CM Capital, Carla Argenta.

Ela avalia que a decisão do CMN ainda deve ter impacto sobre as projeções para a taxa básica de juros.

No boletim divulgado ontem, a previsão para a Selic no fim deste ano caiu de 12,25% para 12%. A taxa hoje está em 13,75%. Para 2024, a estimativa permaneceu em 9,50% e, para 2025, em 9%.

Na semana passada, a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) deu mais força à aposta

de que o ciclo de corte da Selic começará em agosto.

O analista da Empiricus Research, Matheus Spiess, projeta uma redução de 0,25 ponto percentual. Mas ressalta que as curvas de juros mostram que parte do mercado já trabalha com a hipótese de um corte de 0,50 ponto.

-Temos observado uma convergência importante das expectativas para um cenário mais benigno de atividade econômica, algo que deve continuar acontecendo ao longo dos próximos meses - diz Spiess.

DÓLAR A R\$ 5 NO FIM DO ANO

Com relação ao PIB deste ano, as projeções subiram pela oitava semana consecutiva, de 2,18% para 2,19%. Para 2024, passaram de 1,22% para 1,28%, mas para 2025 caíram de 1,83% para 1,81%.

O governo também prepara uma revisão da perspectiva de crescimento para este ano. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, afirmou ontem que a pasta deve elevar suas projeções para até 3%: -A previsão inicial da Fazenda já era algo próximo de 2%. A realidade foi mostrando que tínhamos razão. O cenário será revisado para cima, mas certamente estamos mais próximos de uma realidade de crescimento do PIB entre 2,5% e 3% este ano.

No último Boletim Macroeconômico divulgado, a estimativa para o crescimento do PIB de 2023 foi revista de 1,6% para 1,9%, depois de um resultado acima do previsto no primeiro trimestre.

- Nós tivemos uma melhoria expressiva, de alguns preços, como a curva de juros caindo substancialmente, e a taxa de câmbio no Brasil, que hoje é mais próxima de uma taxa de equilíbrio - avalia Mello.

O mercado projeta o dólar em R\$ 5 no fim deste ano. Para 2024, a expectativa caiu de R\$ 5,10 para R\$ 5,08. Para 2025, a estimativa subiu de R\$ 5,15 para R\$ 5,17.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>